



**Reflectindo
as Vozes
das Crianças
2014**

Reflectindo as Vozes das Crianças 2014

CRÉDITOS

UNICEF Moçambique - 2013

CONCEPÇÃO E COORDENAÇÃO

Koenraad Vanormelingen
Roberto de Bernardi
Naysan Sahba
Dulce Nhacuongue
Marie-Consolée Mukangendo

CONCEPÇÃO DO INQUÉRITO 'ONLINE', ANÁLISE QUANTITATIVA E RELATÓRIO FINAL

Jimena Munoz

DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO

Cláudio Fauvreille,
Ruben Cossa
Rui Alfaro Esmael

ANÁLISE QUALITATIVA

Ana Sanchez

APOIO TÉCNICO

Massimiliano Sani
Louise Moreira Daniels
Carlos Rodriguez
Dulce Nhacuongue

AGRADECIMENTOS

Especiais agradecimentos a todas as crianças e aos jovens que participaram no inquérito, e a todas as instituições que apoiaram o processo, nomeadamente:

Ministério da Mulher e Acção Social – MMAS

Parlamento Infantil- PI

Rádio Moçambique – RM

Televisão de Moçambique - TVM

Instituto de Comunicação Social - ICS

Fórum Nacional das Rádios Comunitárias – FORCOM

**Centro de Apoio a Informação
e Comunicação Comunitária – CAICC**

ÍNDICE	
CRÉDITOS	2
AGRADECIMENTOS	2
INTRODUÇÃO	5
RESUMO EXECUTIVO	6
ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO “REFLECTINDO AS VOZES DAS CRIANÇAS”	8
Número total de participantes: 737	9
P1. Distribuição por género	9
P2. Distribuição por Faixa etária	10
P3. Distribuição por Província	11
P4. Distribuição por Zona de residência	12
P5. Distribuição por nível de escolaridade	12
P6. Distribuição por estrutura familiar	13
P7. Distribuição por acesso a telemóvel	14
P8. Uma criança é uma pessoa com:	16
P9. Na minha casa (I)	17
a) Na minha casa lavamos sempre as mãos antes de comer e depois de usar a casa de banho, ou latrina	18
b) Na minha casa as crianças dormem debaixo da rede mosquiteira	19
P10. Na minha casa (II)	20
a) Na minha casa quando uma criança fica doente, ninguém a leva ao hospital	20
c) Na minha casa as crianças apanham pancada	21
d) Na minha casa as crianças não têm tempo para estudar, porque estão a trabalhar	23
P11. Na minha escola (I)	24
a) Na minha escola existe um ‘clube de escola’ onde os alunos podem discutir sobre todos os assuntos do seu interesse	24
b) Na minha escola os professores dão bem as aulas	25
d) Na minha escola há livros escolares suficientes para todas as crianças	26
e) Na minha turma todos sabem ler	27
P12. Na minha escola (II)	28
a) Na minha escola os professores faltam muito às aulas	28
b) Na minha escola há crianças maltratadas pelos professores	29
e) Na minha escola temos água para usar na casa de banho, ou latrina	30
f) Na minha escola a opinião dos alunos é importante	32
g) Na minha escola há muitas raparigas que não terminam o ano lectivo	32
P13. Na minha comunidade (I)	34
a) Na minha comunidade as pessoas tratam bem as crianças	35
b) Na minha comunidade as pessoas usam as casas de banho, ou latrina, para as suas necessidades	36
P14. Na minha comunidade (II)	37
a) Na minha comunidade é normal as raparigas casarem com menos de 15 anos	37
b) Na minha comunidade muitas crianças chegam atrasadas à escola porque vão buscar água longe de casa	38
d) Na minha comunidade existe um Gabinete, ou Posto Policial, para atendimento das crianças e mulheres vítimas de violência	39
P15. Na minha comunidade os programas radiofónicos produzidos por crianças, adolescentes e jovens falam sobre a prevenção do HIV.	40
P16. Na minha comunidade as pessoas falam dos programas de rádio produzidos por crianças, adolescentes e jovens.	42
P17. Quando eu for grande a vida das crianças de Moçambique:	42
P18. Já ouviste falar dos Direitos da Criança?	44
P19. As crianças têm direitos. Pensas que estes direitos são para:	46
P20. Finalmente, que mudanças gostarias que acontecessem na vida das crianças de Moçambique?	47
ANEXO I - MODELO DO INQUÉRITO “REFLECTINDO AS VOZES DAS CRIANÇAS”	49



1

Introdução

INTRODUÇÃO

Entre os meses de Julho e Agosto de 2013, foi realizada uma pesquisa, a nível nacional, denominada “Reflectindo as vozes das crianças” e tendo como alvo crianças e jovens moçambicanos com idade compreendida entre os 9 e os 22 anos.

O principal objectivo desta pesquisa, lançada em plataforma ‘online’, foi conhecer as opiniões das crianças e dos jovens moçambicanos em relação a matérias de saúde, educação, saneamento, protecção, direitos e questões de desenvolvimento relacionados com as áreas de intervenção do UNICEF, opiniões que permitissem analisar e posicionar a informação colectada, no âmbito da Revisão de Meio-Termo (Mid-Term Review) do UNICEF.

A pesquisa ‘online’ teve como grupo alvo crianças e jovens menores de 22 anos, das 11 províncias, relacionados ou não com os programas apoiados pelo UNICEF.

Pesquisa realizada a nível nacional com crianças e jovens moçambicanos entre os 9 e os 22 anos de idade sobre suas opiniões em relação aos direitos das crianças.

Não foi pré-definido um universo específico, em termos de número de participantes, e as crianças foram convidadas a participar de forma anónima. Procurou-se, tanto quanto possível, que fosse grande o envolvimento de crianças e de jovens. Assim, o ‘link’ para o inquérito ‘online’ foi divulgado através dos emissores provinciais da Rádio Moçambique, das rádios comunitárias, das delegações provinciais da TVM, e através das redes sociais: Facebook, Twitter/ UNICEF Moçambique.

Embora a principal fonte desta pesquisa tenha sido de plataforma ‘online’, o inquérito também foi distribuído e preenchido em formato impresso, quer por crianças, quer pelos jovens participantes da sessão plenária do Parlamento Infantil, realizada entre os dias 29 e 30 de Julho de 2013, na Cidade de Maputo, assim como por crianças e jovens vulneráveis ligados a ONGs, como é o caso da Rede da Criança.

Dos 737 respondentes, 579 participaram via ‘online’ através das rádios comunitárias, dos emissores provinciais da Rádio Moçambique, das delegações provinciais da TVM e das redes sociais, tendo 158 respondentes participado como membros do Parlamento Infantil, maioritariamente das províncias de Maputo Cidade (17.5%), Sofala (15.8%) e Nampula (13.4%), com uma maior percentagem de elementos do género feminino (52.2%), sendo 36.6% das cidades provinciais, 32.5% das zonas rurais e 30.8% da capital da província).

Devemos realçar que, na sua maioria, quer as crianças da média, quer os membros do Parlamento Infantil, pertencem a um grupo definido, por terem um maior acesso a informação e educação, comparativamente às outras crianças moçambicanas, fazendo com que a amostra final não reflita exatamente a plena realidade das crianças e jovens de Moçambique.

Outro factor importante a ter em mente foi a fraca participação no inquérito por parte de algumas províncias. O número de respondentes de províncias como Tete, Manica, Gaza e Inhambane foi bastante reduzido, o que não permite chegar a conclusões verdadeiramente significativas quanto a essas províncias.

Sendo a plataforma ‘online’ um meio relativamente novo na realização de consultas a nível nacional, foi necessário superar vários desafios em relação ao desconhecimento deste tipo de actividades, que implicaram a franca adesão e a rápida resposta das crianças dos meios de comunicação social, para que se conseguisse um fluxo de informação adequado à promoção desta actividade.

O questionário foi elaborado num formato simples, de modo a que as crianças e jovens participantes pudessem expressar clara e livremente a sua opinião, participando de modo individual e apresentando apenas o seu ponto de vista pessoal. O questionário foi pré-testado com o grupo alvo, em várias ocasiões, antes do arranque das actividades. Continha 19 perguntas fechadas, de múltipla escolha, e 1 aberta, completadas por um texto livre. (Ver Anexo I e II).

Este documento apresenta as respostas recolhidas por ambos os grupos, tanto o das crianças da média, como o dos membros do Parlamento Infantil, depois de analisadas no seu conjunto e, portanto, referidas como dados globais. Só foi feita uma análise segmentada nos casos em que os resultados entre os dois grupos apresentavam uma diferença significativa e, por conseguinte, precisavam de uma apresentação desagregada.

Uma análise narrativa frisa naqueles casos em que foram encontradas diferenças relevantes de equidade de género, província, faixa etária, lugar de residência, grau de escolaridade, ou estrutura familiar dos respondentes, elaborou-se uma pequena análise descritiva.

Importa salientar que, o total da amostra acrescido da tipologia particular dos respondentes, não define, necessariamente, um universo válido para se chegar a conclusões decisivas, sendo imprecisa uma extrapolação destes dados, a nível nacional. Contudo, permite recolher dados indicativos válidos, em relação à percepção de uma parte importante das crianças e jovens do País, quer como fazedores de opinião, dado o seu envolvimento na difusão da informação e educação através dos média, quer como membros do Parlamento Infantil.

Por fim, é necessário ressaltar que os resultados deste inquérito não pretendem constituir um estudo completo, nem exacto, da realidade das crianças moçambicanas, mas tão só servir de abordagem a esta realidade, fornecendo já certas evidências para futuros estudos mais rigorosos e fidedignos.

RESUMO EXECUTIVO

Devido às características dos participantes, os resultados não permitem tecer uma apreciação das opiniões das crianças, a nível nacional. Mesmo assim, este exercício demonstrou que este tipo de inquéritos 'on-line' pode ser considerado como uma ferramenta válida, a ser usada pelo UNICEF na recolha de informações de primeira mão, efectuada pelas crianças, contribuindo para orientar a definição de políticas com elas relacionadas.

Diferenças de género: No geral, a percepção das crianças e jovens participantes acerca da realidade não difere significativamente de género para género, sendo similares os relatos relativos a situações em casa, na escola, ou na comunidade. Tanto os rapazes como as raparigas demonstram graus idênticos de conhecimento, de atitudes e práticas nas áreas de saúde, higiene e proteção, bem assim como em relação aos direitos da criança, sua participação cabal, entre outros. Por outro lado, há algumas áreas em que é nítida a situação de desvantagem das raparigas em particular no que se refere ao acesso à educação, abandono escolar e casamento prematuro, especialmente nas zonas rurais.



737
respondentes,
de 11 províncias

Diferenças regionais: Embora a escassa participação de províncias como Manica, Tete, Niassa, Gaza e Inhambane não permita resultados conclusivos sobre essas províncias, em termos regionais verificam-se diferenças significativas entre as províncias do sul e as províncias do centro e norte do País. De uma maneira geral, as províncias de Sofala, Niassa, Cabo Delgado e Nampula apresentaram os índices mais preocupantes, tanto no que diz respeito à violência infantil e à situação escolar reportada, bem como no que se refere ao acesso à escola, analfabetismo e infraestruturas adequadas.

Urbano vs rural: Estas considerações podem aplicar-se tanto às zonas rurais, como às urbanas, estando as primeiras em maior desvantagem. Por isso, não é de estranhar que, entre os participantes que vivem no campo, seja mais fraca a convicção de que Moçambique poderá, no futuro, oferecer às crianças melhores condições de vida.

Olhando para dentro: De acordo com as respostas recebidas, quer as crianças, quer os jovens, apontam o abuso sexual e a violência, como sendo os maiores perigos que correm, seja no meio e nas situações em que decorre o seu dia-a-dia, seja no seio da família e na escola. Este problema, reconhecido principalmente pelas raparigas, é visto como um cenário que precisa ser alterado. A venda e o consumo de bebidas alcoólicas e drogas também são mencionados como uma preocupação, embora em menor percentagem, assim como a falta de respeito pelos Direitos da Criança, ora pelos próprios pais, ora pela família, professores e até pelo próprio governo.

Vários participantes mostram-se sensíveis e solidários a algumas diferenças socioeconômicas, que tornam as crianças mais vulneráveis, como por exemplo, as que não têm alimentação garantida, nem casa, nem pais ou pessoas que cuidem deles. Referem, em particular, aos órfãos que estão nas ruas e as crianças com capacidades diferentes (deficiências), sendo poucos os que mencionam as crianças órfãs, filhas de vítimas do HIV-SIDA, uma doença que em Moçambique já deixou na orfandade quase 500.000 crianças¹. Tanto as crianças como os jovens do campo e das cidades provinciais, quanto os da capital têm um discurso inclusivo, que aspira à igualdade entre si e ao respeito pelos seus direitos, resumindo as suas respostas em "todas as crianças...". A gravidez, o casamento prematuro e o tráfico de crianças também foram mencionadas como problemas que os atingem.

Olhando para fora: A educação e o cumprimento dos Direitos da Criança parecem ser entendidos como as alternativas essenciais para que se altere o meio ambiente deste segmento populacional. "Eu gostaria que todas elas fossem abrangidas pelo direito à educação, pois acredito que só assim podemos mudar para melhor a vida do nosso país", declarou uma rapariga de 16-18 anos, da capital.

Por conseguinte, também pedem que a sociedade civil e o Estado olhem com maior seriedade a situação das crianças, e que os recursos sejam aproveitados de melhor forma, pensando no seu bem-estar. Para tal, todos os entrevistados depositam grande

¹ www.unicef.org/mz



esperança num maior número de escolas e na melhoria da sua qualidade. Outra forma de melhorar a realidade das crianças é permitir-lhes exercer os seus direitos, ser protegidas e ter saúde.

A maioria dos respondentes acredita num futuro melhor, demonstrando confiança nos programas e nas organizações que se dedicam a promover e a defender os direitos das crianças, e mantendo expectativas optimistas em relação às mudanças, embora lentas, que se estão a verificar no país.

Proteção: Um lar para viver e o cuidado e o amor dos pais são os requisitos essenciais para o bem-estar da criança. O lazer é também importante para vários deles, que consideram que brincar, ter parques infantis e receber carinho são bons para o desenvolvimento infantil. Deve realçar-se que, alguns participantes pedem um castigo exemplar para os violadores de crianças, exigindo justiça: “na minha óptica deve ser agravada a severidade penal sobre o perpetrador de violência infantil”. Rapariga de 12-15 anos, do Parlamento Infantil, da Capital.

Em relação à segmentação por faixas etárias, a maior diferença apresenta-se em relação à violência em casa, tendo as crianças menores de 9 anos denunciado, em maior número, esta violação do seu direito a não ser abusadas. Também se verificaram diferenças significativas no que respeita ao conhecimento do que significa ser uma criança, e aos próprios Direitos da Criança, sendo as mais pequenas quem menos domina estes temas.

Direitos: É preciso “dar a conhecer os direitos e deveres das crianças... porque só assim é que vamos viver num mundo de alegria e paz... para a criança moçambicana”. (Rapariga do Parlamento Infantil, de 12-15 anos, de uma cidade de província).

Parece portanto, que os direitos são exigidos pela maioria dos participantes no inquérito. Tanto as crianças como os jovens sentem que os seus direitos são violados e desrespeitados nos diversos âmbitos, apontam até mesmo os próprios pais e os professores como sendo os principais infractores, e enfatizam, de maneira solidária, que não se podem deixar de lado os direitos das crianças com deficiência, nem das que estão na rua. Uma outra reflexão que surge entre as várias declarações é o apelo à paz e não à guerra.

Se bem que a maioria dos participantes mostre estar consciente de que os direitos das crianças pertencem a todas as crianças, o conhecimento correcto da definição de ‘criança’ é um tanto desigual, havendo uma parte significativa de participantes que considera o início da vida adulta muito antes dos 18 anos. Por outro lado, embora uma grande percentagem afirme conhecer, pelo menos, 5 direitos das crianças, não foi possível confirmar se os respondentes podem enumerar correctamente quais são esses direitos.

Saúde: São poucas as pessoas que consideram a saúde entre as perspectivas de melhora de vida das crianças. Quem referiu as melhorias na saúde pertence ao segmento das mulheres do campo e cidades de província. Entre os seus comentários incluem-se: a construção de hospitais, o acesso à saúde e a disponibilidade de medicamentos. Poucos mencionaram que gostariam de ter água potável e sítios específicos para o lixo. Ninguém fez referência às doenças, nem mesmo ao HIV-SIDA, que vem destruindo as famílias em Moçambique.



2

**Análise dos
resultados
do inquérito
“Reflectindo as
Vozes das Crianças”**

NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES: 737

O número total de participantes corresponde ao somatório dos participantes pertencentes ao grupo de Crianças dos Meios de Comunicação Social, com um total parcial de 579 participantes, e aos membros do Parlamento Infantil com um total parcial de 158 respondentes. **(Gráfico 1)**

P1. Distribuição por género

Relativo ao total dos participantes distribuídos por género. De um total de 737 respondentes, sendo 52% constituído por raparigas e 48% constituído por rapazes. **(Gráfico 1.1)**

Distribuídos por Zona de residência, 32% do total de participantes femininos e 29% do total de participantes masculinos vivem numa capital de província, 40% do total das raparigas e 33% do total dos rapazes vivem numa cidade de província e 28% do total das raparigas e 38% do total dos rapazes vivem numa zona rural (no campo). **(Gráfico 1.2)**

Tanto na distribuição global por género, como na distribuição relativa ao género e à zona de residência, pode considerar-se que houve uma significativa participação, equitativa entre rapazes e raparigas, demonstrando uma evidente igualdade na participação por género.

Gráfico 1 – Distribuição Global por Grupo de participantes

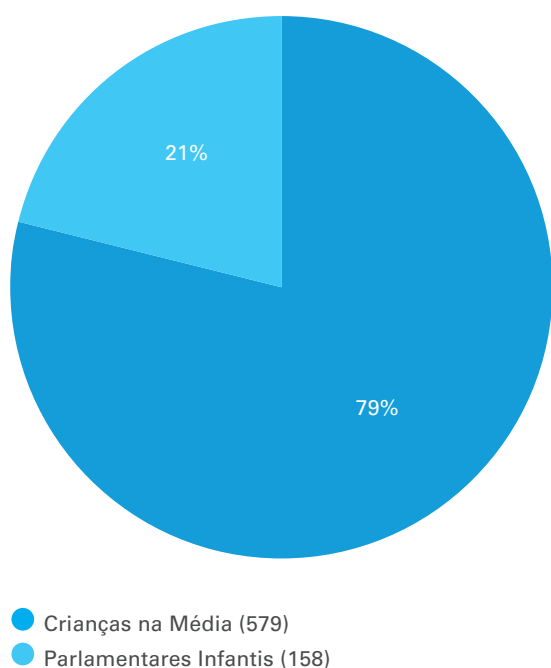
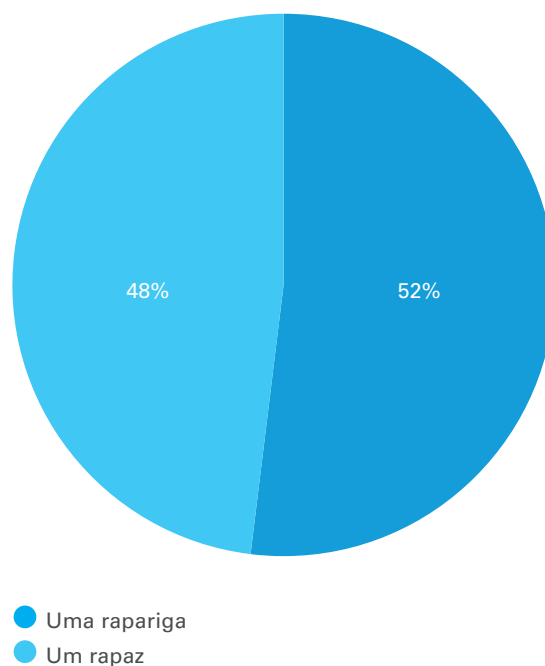


Gráfico 1.1 – Distribuição Global por género



P2. Distribuição por Faixa etária

Relativo ao total dos participantes distribuídos por faixa etária, a participação mais elevada corresponde à faixa etária entre os 12 e 15 anos, com 41% de participação, opondo-se-lhe a faixa etária de menores de 9 anos, com uma baixa participação, de apenas 7%. **(Gráfico 2.1)**

É importante realçar o facto desta amostra ser constituída principalmente por Membros do Parlamento Infantil e por Crianças e Jovens produtores de programas radiofónicos e televisivos da Rádio Moçambique, TVM e das Rádios Comunitárias apoiadas pelo UNICEF. Por essa razão, a fraca participação de crianças menores de 11 anos pode dever-se à diminuta participação desta faixa etária na produção de rádio e televisão (por dificuldade de engajamento), e à sua insignificante presença no Parlamento Infantil.

Quanto aos maiores de 16 anos, a sua pouca participação pode dever-se a uma ausência quase total desta faixa etária quer no Parlamento infantil, quer nas Rádios Comunitárias, Rádio Moçambique e TVM, possivelmente devido à dificuldade de combinar as actividades da rádio e televisão, com as responsabilidades escolares, ou laborais. **(Gráfico 2.2)**

Respondentes são em sua maioria membros do Parlamento Infantil, e crianças e jovens produtores de programas radiofónicos e televisivos da RM, TVM e das Rádios Comunitárias apoiadas pelo UNICEF.

Gráfico 1.2 – Distribuição relativa por Género e Zona de residência

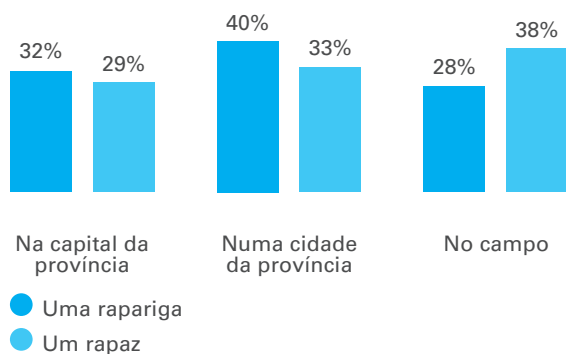


Gráfico 2.1 – Distribuição Global por Faixa etária

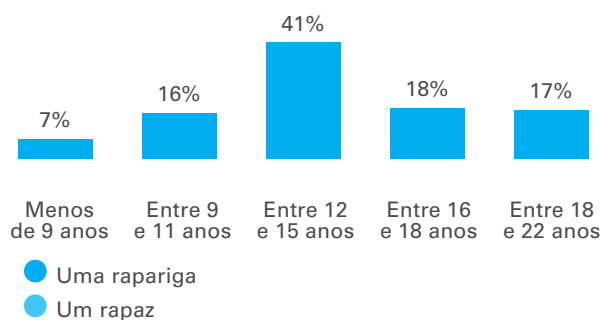
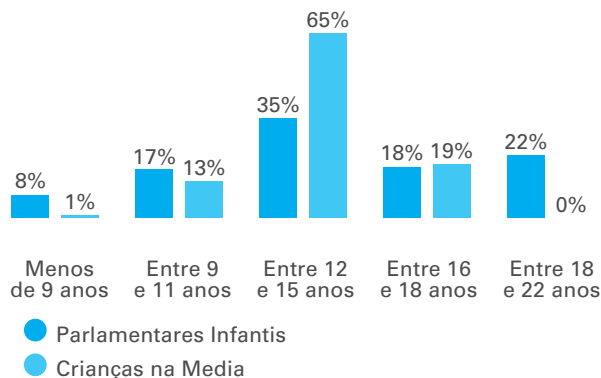


Gráfico 2.2 – Distribuição Global Grupo de participantes e Faixa etária



P3. Distribuição por Província

Relativo ao total dos participantes distribuídos por província. Maputo Cidade foi a região com a maior participação (18%), seguida de Sofala com uma adesão altamente significativa de 16%. As províncias de Tete, Gaza, Inhambane e Niassa constituem as províncias com menor participação, o que pode estar relacionado com o facto de serem as províncias onde, actualmente, o UNICEF tem uma parceria menos consistente: com as Rádios Comunitárias (Niassa e Inhambane) e com a Televisão (Tete) havendo, ao mesmo tempo, uma menor capacidade de mobilização por parte dos seus parceiros nessas províncias.

A província de Tete teve a participação mais baixa de todas as províncias em que o UNICEF está presente, provavelmente devido a uma baixa cobertura da produção radiofónica infantil, nas Rádios Comunitárias. **(Gráfico 3.1)**

A elevada participação de Maputo Cidade nos resultados globais deve-se, em parte, a uma maior presença de crianças e jovens desta província no Parlamento Infantil, assim como a um maior e mais fácil acesso à internet por parte das crianças e jovens desta província. **(Gráfico 3.2)**

86% dos inquiridos afirma acreditar que, no futuro, a vida das crianças Moçambicanas vai ser melhor que agora.

Gráfico 3.1 – Distribuição Global por Província

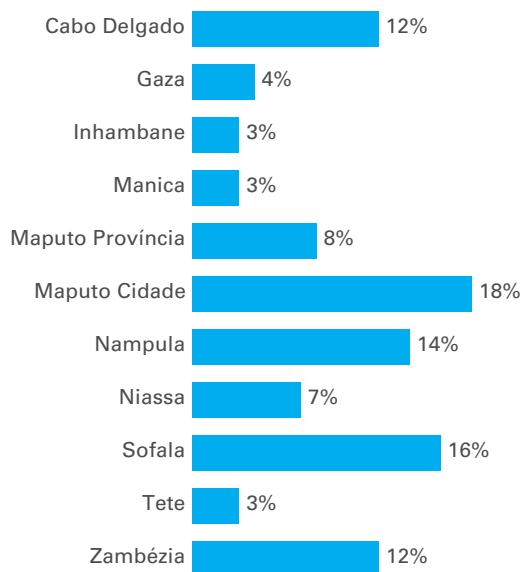
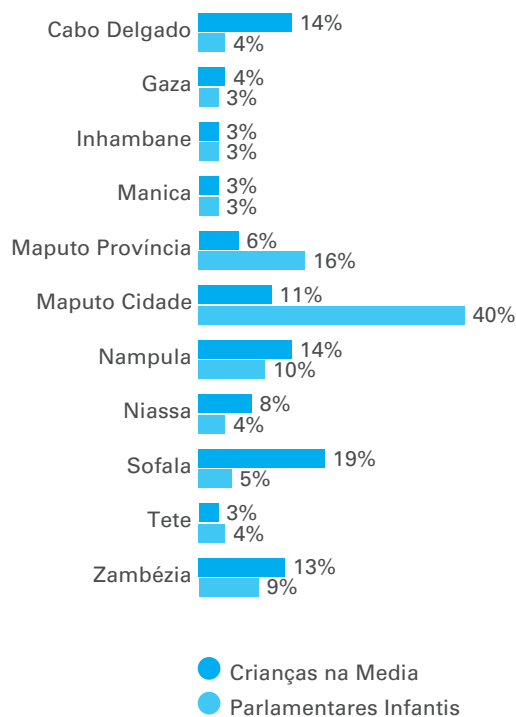


Gráfico 3.2 – Distribuição Global Grupo de participantes e Província



P4. Distribuição por Zona de residência

Em relação ao total dos participantes distribuídos por Zona de residência, 37% da amostra vivem numa cidade da Província, 31% vivem na capital da Província e 32% dos participantes vivem no Campo. Esta distribuição, por lugar de residência, embora seja relativamente equitativa, não define, por si mesma, uma equidade de participação entre zonas urbanas e zonas rurais, já que se concluiu que 68% dos respondentes ao inquérito pertencem a zonas urbanas.

Apesar de apresentarem a menor percentagem, os 32% de participação das zonas rurais devem-se, em grande medida, ao envolvimento de participantes das zonas rurais através das Rádios Comunitárias apoiadas pelo UNICEF, equipadas com Internet e computadores. **(Gráfico 4.1)**

Gráfico 4.1 – Distribuição Global por Zona de residência

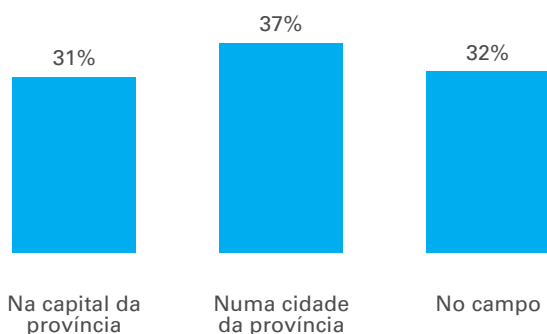
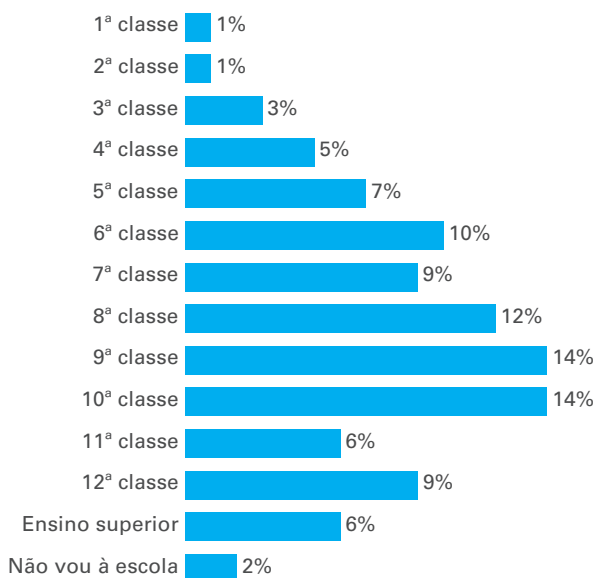


Gráfico 5.1 – Distribuição Global por nível de escolaridade



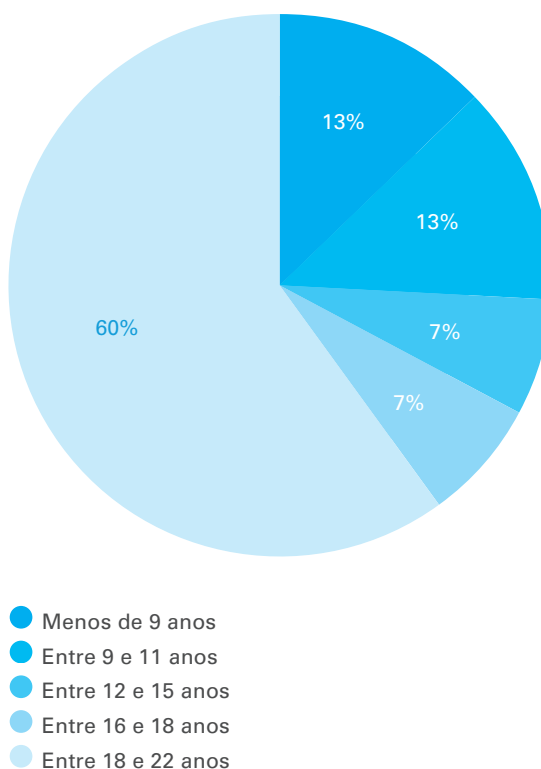
P5. Distribuição por nível de escolaridade

Relativamente à distribuição global por nível de escolaridade, a maior participação, com 14%, divide-se equitativamente entre os respondentes que frequentam a 9ª e a 10ª classes. Por outro lado, a menor participação é constituída pelos respondentes que frequentam a 1ª e 2ª classes, com 1% cada. **(Gráfico 5.1)**

A maior participação de respondentes que frequentam a 9ª e 10ª classes corresponde à distribuição por Faixa etária, apresentada no Gráfico 2.1.

2% de participantes não está escolarizado. Embora reduzido, este dado é significativo em relação à tipologia dos participantes, pois, tanto as crianças dos meios de comunicação social, como os membros do Parlamento Infantil são, frequentemente, recrutados nas escolas. É importante sublinhar que no total de respondentes não escolarizados também estão incluídos casos de crianças em idade escolar. **(Gráfico 5.2)**

Gráfico 5.2 – Distribuição Global por Faixa etária e participantes não escolarizados



P6. Distribuição por estrutura familiar

Da análise da estrutura familiar dos respondentes, 49% vivem com a mãe e com o pai, 20% vivem só com a mãe e 7% vivem só com o pai, havendo 21% que vivem com um encarregado que não é a mãe nem o pai. **(Gráfico 6.1)**

Entre os respondentes menores de idade, afirmaram viver sozinhos 57% dos que estão entre os 12 e os 15 anos, 14% dos que estão entre os 9 e os 11 anos, e 29% dos que têm entre 16 e 18 anos. Admite-se a possibilidade de que, no grupo de respondentes que afirmaram viver sozinhos, estejam incluídos os participantes que vivem num orfanato, ou num centro de acolhimento. **(Gráfico 6.2)**

É nítida a situação de desvantagem das raparigas, em particular no que se refere ao acesso à educação, abandono escolar e casamento prematuro, especialmente nas zonas rurais.

Gráfico 6.1 – Distribuição Global por estrutura familiar

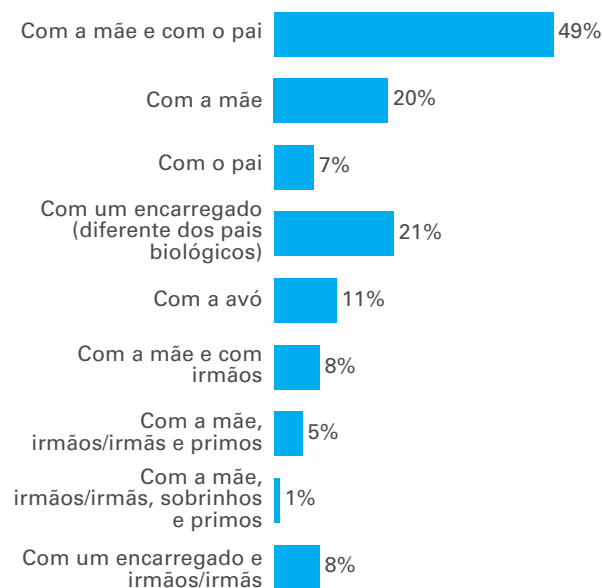
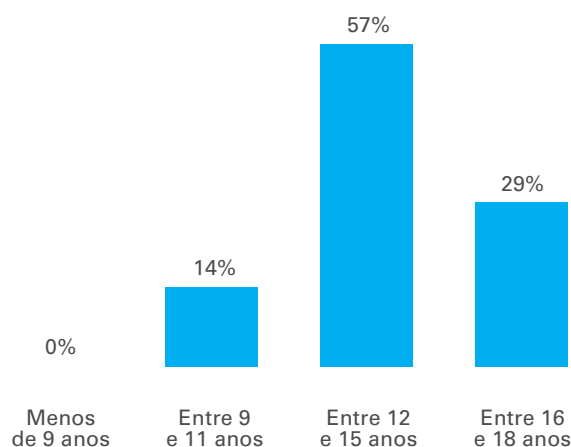


Gráfico 6.2 – Distribuição Global Menores de 18 anos que vivem sozinhos distribuídos por Faixa Etária



P7. Distribuição por acesso a telemóvel

Em relação ao acesso dos participantes a telemóvel, 59% do total dos participantes tem acesso a telemóvel e 41% do total global ainda não tem acesso a telemóvel. **(Gráfico 7.1)**

Numa distribuição por género, 61% do total de respondentes femininos têm telemóvel, contra 57% do total dos respondentes masculinos. **(Gráfico 7.2)**

Relativamente à distribuição por acesso a telemóvel, por províncias, os participantes da província de Tete apresentam o maior índice de acesso a telemóvel, com 88%. Segue-se-lhe Maputo Cidade com 82%, Maputo Província com 75%, Inhambane e Manica ambas com 74%. A menor percentagem localiza-se na província de Sofala, com apenas 40% de respondentes com acesso a telemóvel. **(Gráfico 7.3)**



Gráfico 7.1 – Distribuição Global por acesso a telemóvel

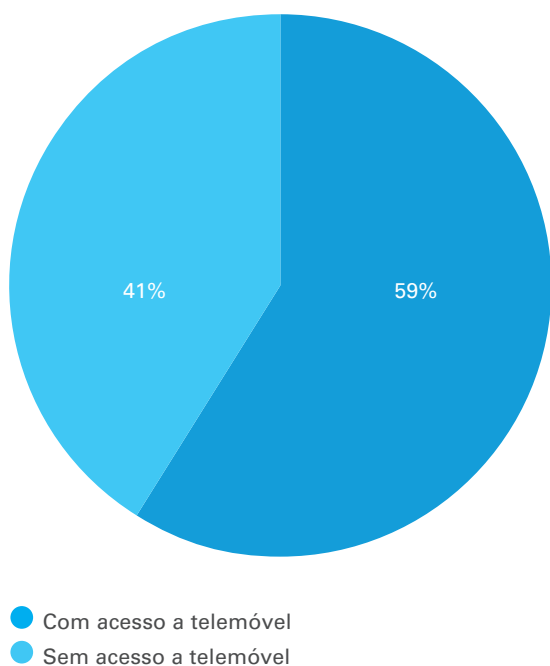


Gráfico 7.3 – Distribuição relativa por Acesso a telemóvel e Província

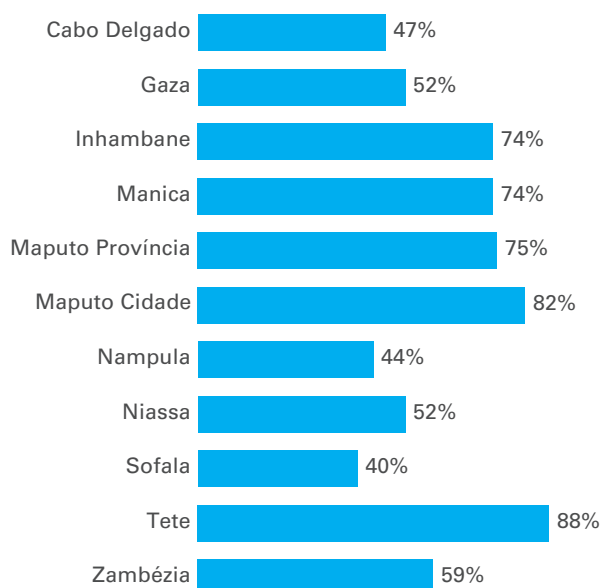
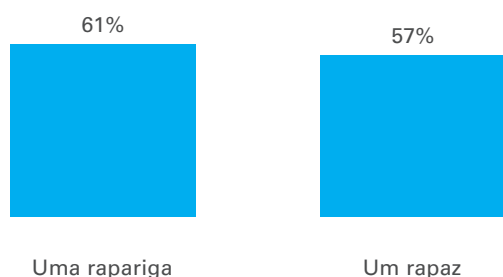


Gráfico 7.2 – Distribuição relativa por Acesso a telemóvel e género



Visto que nenhuma província apresenta uma percentagem inferior a 40% de acesso a telemóvel, pode considerar-se este meio como sendo uma excelente forma de comunicação directa com as crianças, o que deverá ser tido em linha de conta na elaboração de estratégias de comunicação para o desenvolvimento. Outro aspecto a ser considerado é a recente penetração da empresa MOVITEL no sul, centro e norte do País, cobrindo, para além das zonas urbanas, também as zonas rurais.

Distribuídos por lugar de residência, 73% do total de respondentes que vivem na Capital da Província têm acesso a telemóvel, seguindo-se-lhes 63% que vivem numa cidade da Província, e 42% do total, que vivem no Campo. **(Gráfico 7.4)**

Gráfico 7.4 – Distribuição relativa por Acesso a telemóvel e Zona de residência

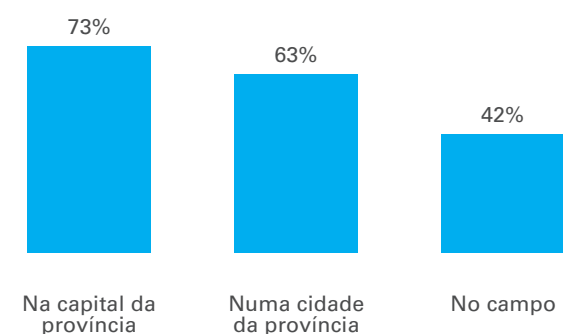
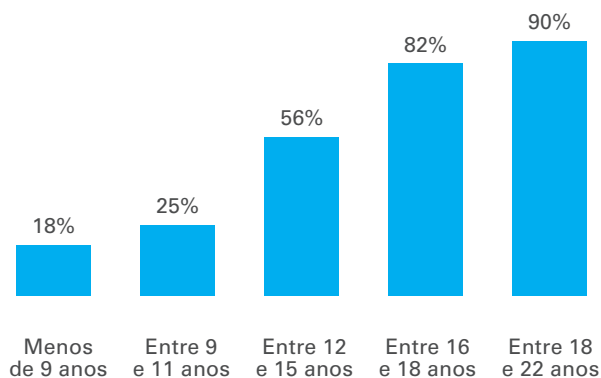


Gráfico 7.5 – Distribuição relativa por Acesso a telemóvel e Faixa etária

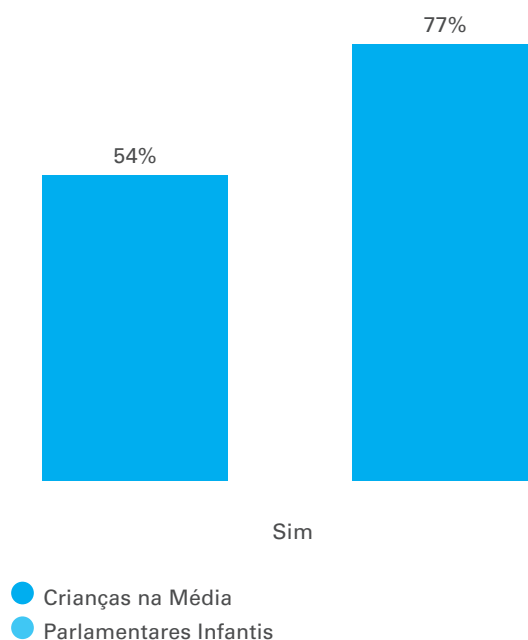


Distribuídos por Faixa Etária, o maior índice de acesso a telemóvel está entre os 18 e os 22 anos de idade, com 90% de respondentes desta faixa etária tendo acesso a telemóvel. A menor percentagem corresponde aos menores de 9 anos, com apenas 18% de respondentes com acesso a telemóvel. **(Gráfico 7.5)**

Relativamente ao acesso a telemóvel entre as Crianças nos Meios de Comunicação e os Parlamentares Infantis regista-se uma diferença substancial, destacando-se as crianças parlamentares, com 77% de acesso a telemóvel, contra 54% de crianças nos Meios de Comunicação Social. **(Gráfico 7.6)**



Gráfico 7.6 – Distribuição Global por Acesso a telemóvel e Grupo de participantes



P8. Uma criança é uma pessoa com:

Relativamente à distinção, por idade, feita pelos participantes, acerca de quando é que uma pessoa se pode considerar uma criança, 51% dos respondentes disseram que uma criança é uma pessoa menor de 18 anos de idade. Assim, embora uma maioria identifique uma criança como sendo uma pessoa com idade inferior a 18 anos, uma grande percentagem (49%) diz que: 'uma pessoa deixa de ser criança muito antes dos 18 anos'. **(Gráfico 8.1)**

Isto significa que um 49% dos respondentes exclui da classificação de criança toda a adolescência, desconhecendo, portanto, os direitos que lhe são próprios e, dessa forma correndo o risco de lhes atribuir responsabilidades e deveres de adultos, como acontece com o início da vida sexual activa, da gravidez precoce, do casamento prematuro e do trabalho infantil.

Apenas 51% dos inquiridos sabe que uma criança é uma pessoa de até 18 anos; 34% acredita que criança são pessoas de até 10 anos.

Gráfico 8.1 – Distribuição Global

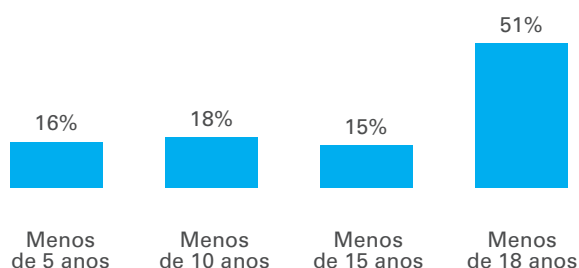


Gráfico 8.2 – Distribuição relativa por Província

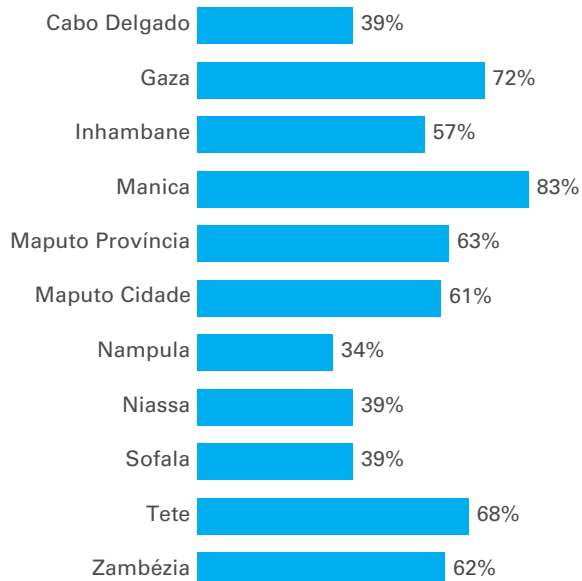
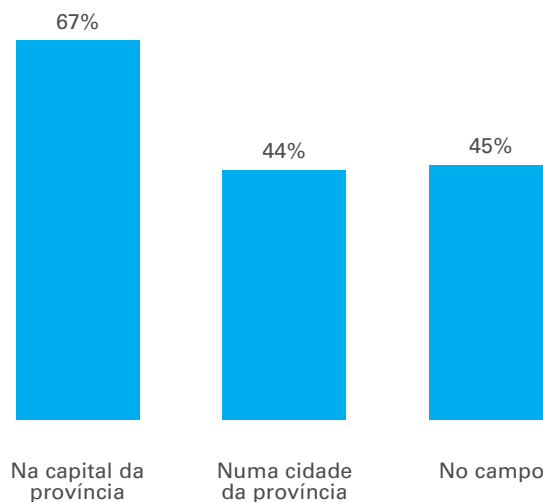


Gráfico 8.3 – Distribuição relativa por Zona de residência



No que se refere aos 51 % que afirmam que uma criança é uma pessoa menor de 18 anos, desagregados por província, a Província de Gaza destaca-se com a maior percentagem, 72%. Por oposição, a província de Nampula apresenta a menor percentagem, com apenas 34% de respondentes desta província a afirmarem que uma criança é uma pessoa com menos de 18 anos. **(Gráfico 8.2)**

Se fizermos uma desagregação por zona de residência, a percentagem mais elevada de respondentes que reconhecem uma criança como uma pessoa menor de 18 anos, corresponde a participantes que vivem numa capital de província (67%) e a percentagem mais baixa corresponde a participantes que vivem numa cidade da província (44%), seguida pelos que vivem no campo (45%), demonstrando que nas zonas fora das capitais existe um maior desconhecimento da legítima classificação de criança. **(Gráfico 8.3)**

Do total de participantes que considera uma criança como ‘uma pessoa menor de 18 anos’, 52% são raparigas e 48% são rapazes.

Se desagregarmos por faixa etária verificamos uma clara linha ascendente, da idade mais baixa para a maior, relativamente à definição de criança como ‘uma pessoa menor de 18 anos’. Assim, a menor percentagem corresponde à faixa etária dos menores de 9 anos, com 12% de respostas afirmativas, e a maior percentagem entre os 18 e 22 anos, com 62% de respostas afirmativas, no total da amostra deste grupo. **(Gráfico 8.4)**

P9. Na minha casa (I)

Relativamente à situação dos respondentes em casa, 72% afirmam que em casa têm alimentação suficiente, 64% afirmam que em casa as crianças recebem ajuda para fazer os deveres escolares (TPC); 73% afirmam que as crianças em casa têm tempo para brincar, depreendendo-se que o respeito pelo direito das crianças ao lazer tem uma elevada aceitação no seio das comunidades. **(Gráfico 9.1)**

Gráfico 8.4 – Distribuição relativa por Faixa etária

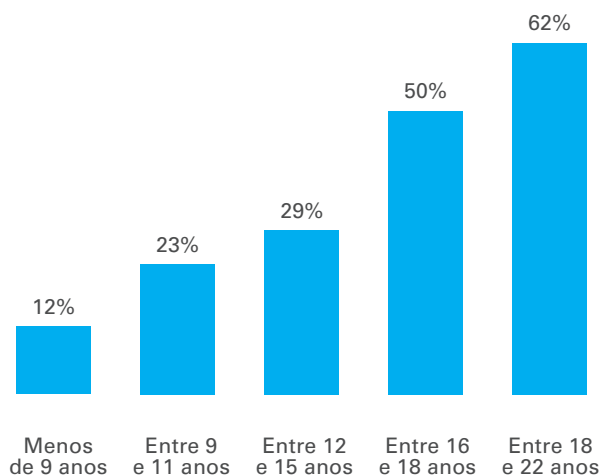
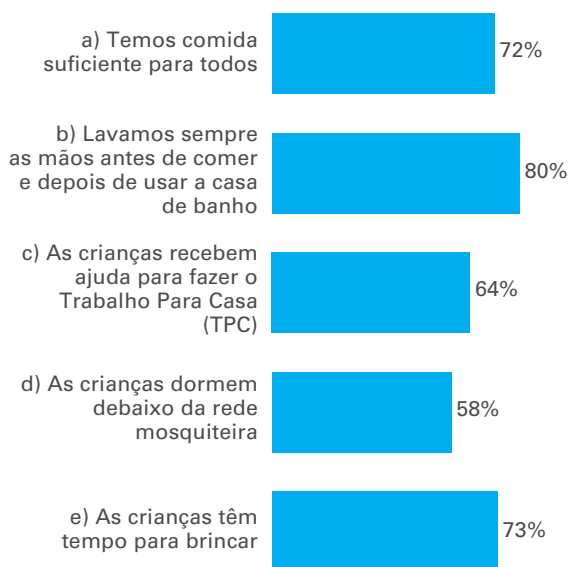


Gráfico 9.1 – Distribuição Global



b) Na minha casa lavamos sempre as mãos antes de comer e depois de usar a casa de banho, ou latrina

Relativamente aos hábitos adequados de higiene e saneamento, 80% do total afirma que na sua casa lavam as mãos antes de comer e depois de usar a casa de banho, ou latrina, apresentando uma alta adesão a práticas correctas de cuidados higiénicos, para evitar doenças. **(Gráfico 9.1)**

Neste grupo, desagregado por província, destaca-se a província de Gaza, com a maior percentagem (97%) de respondentes, os quais afirmam que em casa lavam as mãos antes de comer e depois de usar a casa de banho, ou latrina. Em oposição, encontra-se a província de Cabo Delgado, com apenas 59% de respondentes. **(Gráfico 9b.1)**

Na desagregação por zona de residência, o hábito de lavar as mãos antes de comer, ou depois de usar a casa de banho, ou latrina, destacam-se pela maioria os respondentes que vivem na capital da província, com 85% de respostas afirmativas. Por seu turno, destacam-se por uma menor percentagem (76%) de respostas positivas, os que vivem numa cidade de província.

É de salientar que uma grande percentagem das crianças que vivem no campo (80%) afirmam já ter adquirido o hábito de lavar as mãos antes de comer e depois de usar a casa de banho, ou latrina. **(Gráfico 9b.2)**

42% dos inquiridos afirma que na sua casa as crianças não dormem debaixo de rede mosquiteira.

Gráfico 9b.1 – Distribuição relativa por Província

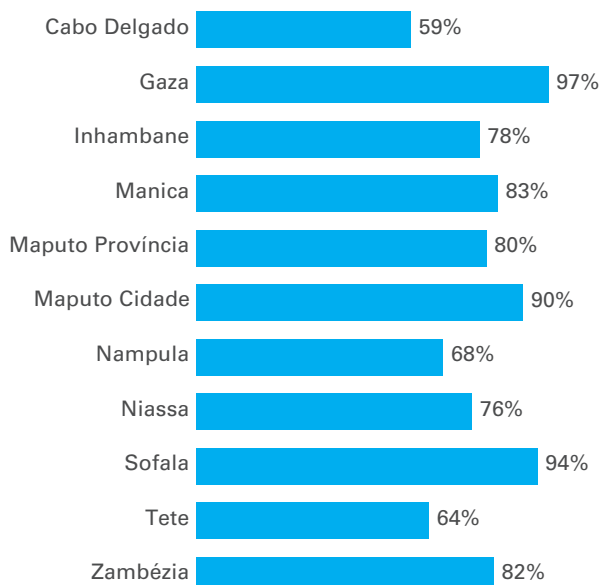
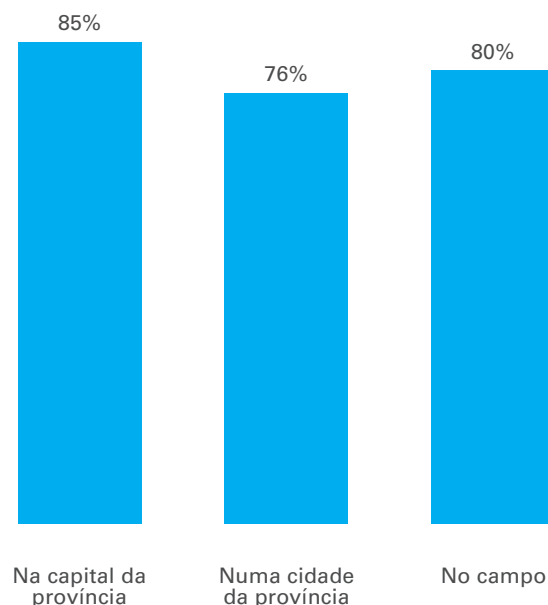


Gráfico 9b.2 – Distribuição relativa por Zona de residência



Também é importante salientar que, se quiséssemos contextualizar esses dados com os dados mais representativos a nível nacional, relativamente à prática da lavagem das mãos por parte das crianças, encontraríamos grandes diferenças. Em 2011, só 26% da população nacional utilizava uma forma correcta para lavagem das mãos², o que demonstra que as crianças que participaram no inquérito fazem parte de um grupo privilegiado em termos de acesso à informação e educação básica sobre saúde. Ao mesmo tempo, sendo eles próprios fazedores de opinião, são também os agentes de mudança, encarregados de transmitir, informar e educar os seus pares com mensagens positivas sobre os hábitos mais correctos, em defesa da saúde.

d) Na minha casa as crianças dormem debaixo da rede mosquiteira

Em relação às melhores práticas, para a prevenção da Malária, 58% do total de participantes afirma que, em casa, as crianças dormem debaixo de uma rede mosquiteira. **(Gráfico 9.1)**

Este índice, embora seja positivo, também destaca que ainda há uma elevada percentagem de crianças (42%) que não dorme debaixo de rede mosquiteira e, portanto, não dorme protegida contra a malária, situação que se enfatiza nas crianças que vivem na Província de Maputo Cidade, com somente 20% delas a dormirem debaixo de rede **(Gráfico 9d.1)**, enquanto que só 37% dos participantes, que vivem numa cidade de província, responderam afirmativamente a esta questão. **(Gráfico 9d.2)**

Se bem que a pergunta não especifique qual é o tipo de participante que dorme debaixo da rede mosquiteira, após a análise de resultados, desagregados por faixa etária, verificou-se uma maior percentagem de respostas positivas (68%) entre os respondentes da faixa dos 16 aos 18 anos. Pelo contrário, as faixas entre os 12 e os 15 anos, e entre os 18 e os 22 anos, apresentaram a menor percentagem (55%) de respostas afirmativas. **(Gráfico 9d.3)**

Gráfico 9d.1 – Distribuição relativa por Província

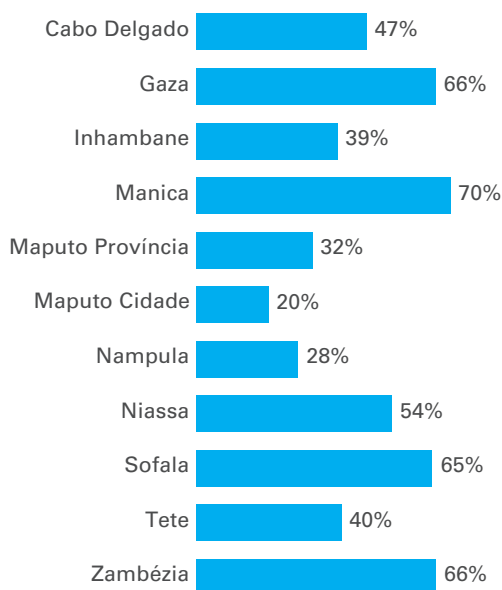


Gráfico 9d.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

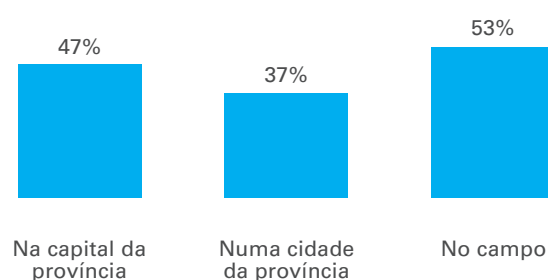
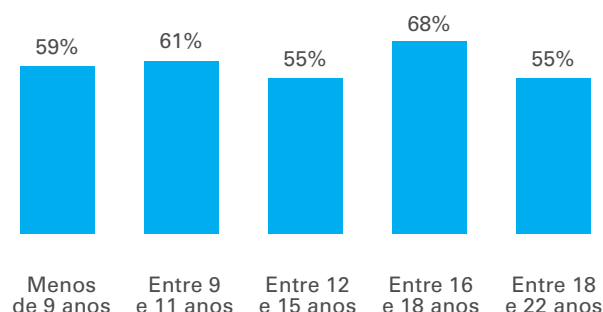


Gráfico 9d.3 – Distribuição relativa por Faixa etária



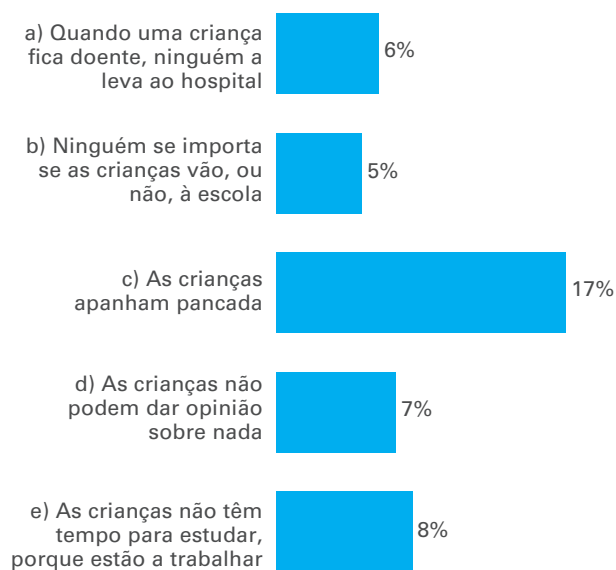
² Situation Analysis of Children in Mozambique 2013, Anthony Hodges Ed, Oxford Policy Management. Pág., 27.

Considerando que um dos principais focos dos programas de comunicação e educação comunitária tem sido a transmissão de mensagens sobre a importância do uso das redes mosquiteiras, como medida de prevenção da malária, estas percentagens relativamente baixas, permitem concluir que esta prática está longe de ser um hábito perfeitamente compreendido e aplicado. Estes dados também podem ser comparados com os dados mais representativos, a nível nacional, os quais indicam que, no ano de 2011, só 38.9% das crianças menores de 5 anos dormiam debaixo de uma rede mosquiteira.³

P10. Na minha casa (II)

Relativamente à situação dos respondentes em casa, 6% afirma que quando uma criança fica doente em casa, ninguém a leva ao hospital; 5% afirma que ninguém se importa se as crianças vão à escola; 17% dizem que as crianças apanham pancada em casa, 7% que não as deixam opinar sobre nada, e 8% que não têm tempo para estudar porque estão a trabalhar. (Gráfico 10.1)

Gráfico 10.1 – Distribuição Global



a) Na minha casa quando uma criança fica doente, ninguém a leva ao hospital

Relativamente à atenção prestada à saúde das crianças, em casa, embora só 6% do total de participantes afirme que, quando uma criança fica doente, ninguém a leva ao hospital, (Gráfico 10.1), este dado, só por si, já implica uma prática altamente negativa, em relação ao cumprimento do direito à saúde e protecção das crianças, por parte dos encarregados.

Se distribuídas por províncias, a percentagem mais elevada de respondentes recai na província de Inhambane, com 17% do total de respondentes. (Gráfico 10a.1)

Distribuídas por zona de residência, a maior percentagem recai nos respondentes que vivem numa cidade de província, com 11% do total de participantes, correspondendo, a menor delas, aos que vivem na capital de província e no campo, com 3%, respectivamente. (Gráfico 10a.2)

Gráfico 10a.1 – Distribuição relativa por Província

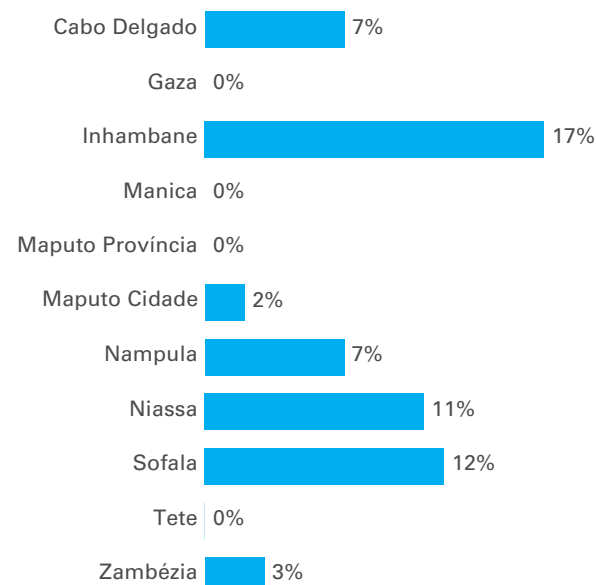
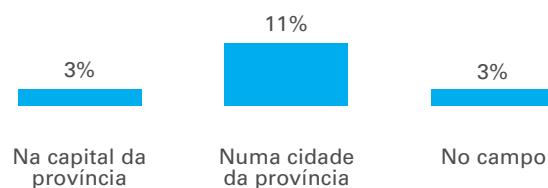


Gráfico 10a.2 – Distribuição relativa por Zona de residência



³ Situation Analysis of Children in Mozambique 2013, Anthony Hodges Ed, Oxford Policy Management. Pag.55.

c) Na minha casa as crianças apanham pancada

Relativamente à situação da violência doméstica infantil, 17% do total de participantes afirma que em casa as crianças apanham pancada (**Gráfico 10.1**), o que é um valor bastante elevado por contraposição ao direito fundamental das crianças, a serem protegidas de todo abuso físico ou psicológico.

Numa distribuição por províncias, esta percentagem é maior na Província de Sofala, onde 44% dos respondentes desta província afirma que em casa as crianças apanham pancada. A menor percentagem regista-se na província de Manica, com apenas 4% do total. (**Gráfico 10c.1**)

Na distribuição por zona de residência, do total de participantes que afirmam que em casa as crianças apanham pancada, os respondentes que vivem no campo são aqueles cuja percentagem é mais elevada (25%), e a mais baixa recai na capital de província (12%) do total de respondentes. (**Gráfico 10c.2**)

Embora a pergunta não especifique se é o próprio respondente quem recebe maus-tratos físicos em casa, na distribuição, por idade, podemos encontrar uma linha ascendente, da idade mais baixa para a mais elevada, o que pode querer dizer que as crianças mais pequenas têm mais noção deste problema, por serem elas, provavelmente, as principais vítimas.

Assim, a maior percentagem de respostas afirmativas recai nos respondentes da faixa etária com menos de 9 anos (41%) do total, e a menor na faixa etária entre os 18 e 22 anos (10%) de respostas afirmativas. (**Gráfico 10c.3**)

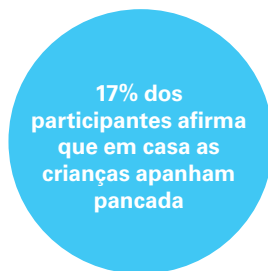


Gráfico 10c.1 – Distribuição relativa por Província

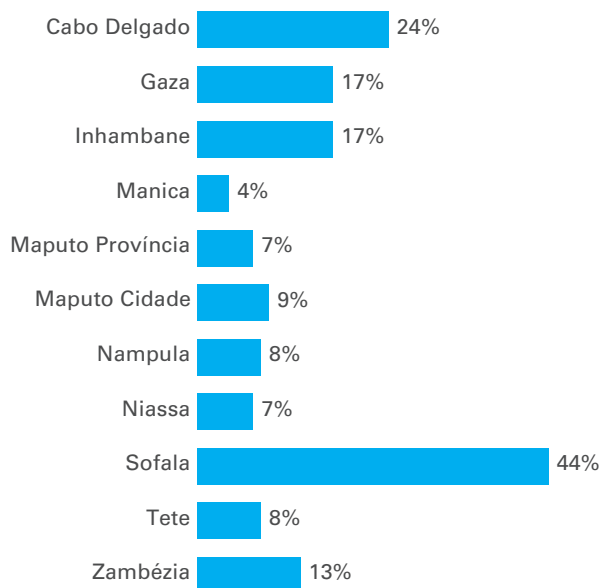


Gráfico 10c.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

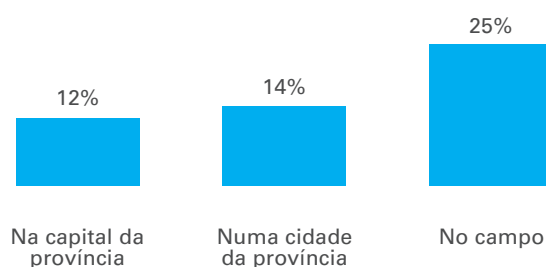
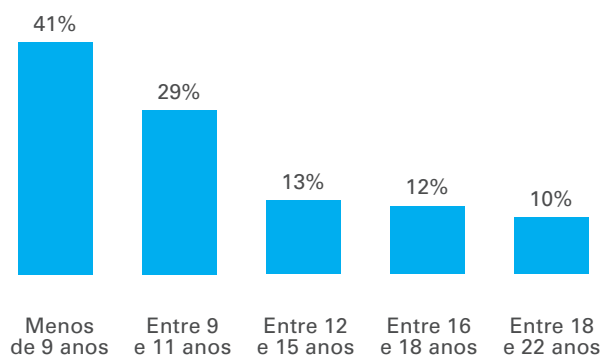


Gráfico 10c.3 – Distribuição relativa por Faixa etária



Distribuídos por estrutura do agregado familiar, a maior percentagem (19%) recai nos participantes que vivem com um encarregado que não é um dos pais biológicos, enquanto que 15%, vivem só com o pai. **(Gráfico 10c.4)**

Os resultados bastante equilibrados constantes do Gráfico 10c.4 indicam que não existe uma relação conclusiva entre o grau de violência para com as crianças e a estrutura do agregado familiar.

Se distribuídos por género, 14% das respondentes femininas afirmam que as crianças apanham pancada em casa, enquanto que apenas 20% dos respondentes masculinos dizem que as crianças apanham pancada, o que é bastante superior **(Gráfico 10c.5)**



Gráfico 10c.4 – Distribuição relativa por Estrutura familiar

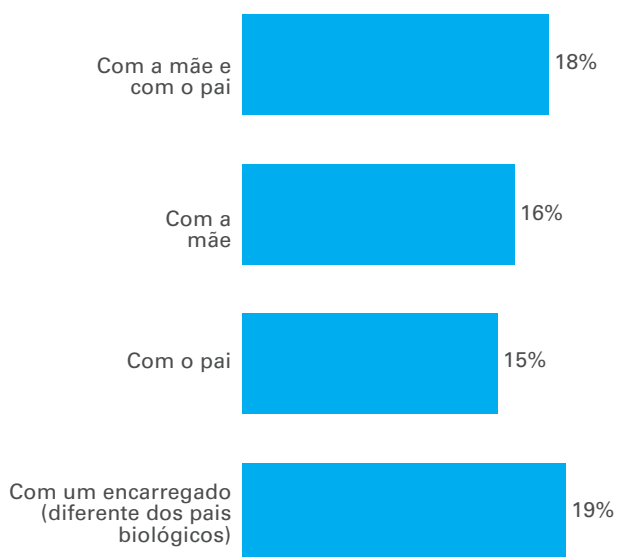
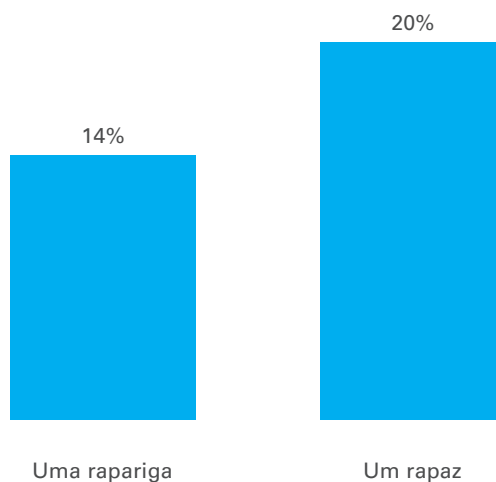


Gráfico 10c.5 – Distribuição relativa por género



e) Na minha casa as crianças não têm tempo para estudar, porque estão a trabalhar

Em relação à prioridade atribuída à educação que as crianças recebem em casa, 8% do total de participantes afirma que não tem tempo para estudar em casa, porque estão a trabalhar.

(Gráfico 10.1)

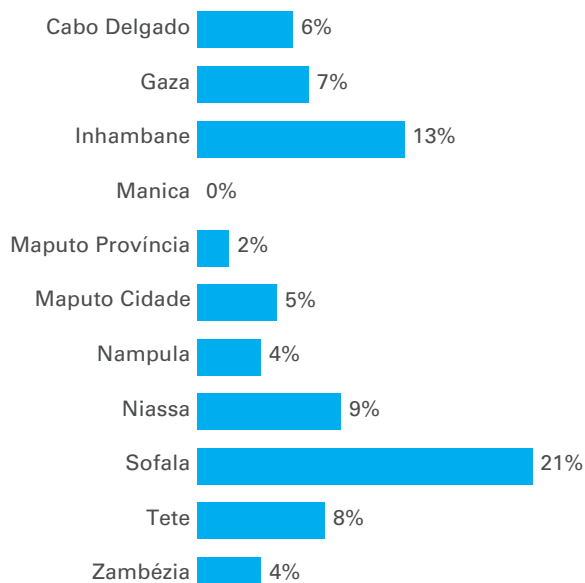
A situação evidenciada é preocupante pelas suas implicações, quer em termos de desrespeito pelo direito fundamental das crianças a estudar e a não trabalhar, quer quanto aos possíveis riscos de exploração em que as crianças se encontram.

A maior percentagem de respostas afirmativas corresponde aos respondentes da Província de Sofala (21%) do total desta província. **(Gráfico 10e.1)** Entre os participantes da Província de Manica não foi reportado nenhum caso.

Em relação à zona de residência, a maior percentagem de crianças que afirmam que em casa não têm tempo para estudar, porque estão a trabalhar, situa-se no grupo que vive no campo (13%), contra apenas 3% das crianças que vivem na capital. Portanto, as que vivem no campo têm mais dificuldade em estudar do que os seus pares que vivem na capital, ou nas cidades de província.

(Gráfico 10e.2)

Gráfico 10e.1 – Distribuição relativa por Província



Embora a pergunta não especifique se é o próprio respondente quem não pode estudar porque deve trabalhar, numa distribuição por faixa etária, verifica-se que as crianças mais novas denunciam esta situação com mais frequência do que as mais velhas.

(Gráfico 10e.3)

75% dos inquiridos afirmam que há programas de rádio que educam sobre a prevenção do HIV.

Gráfico 10e.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

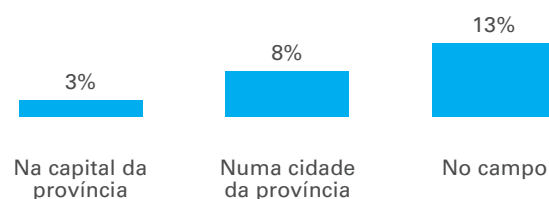
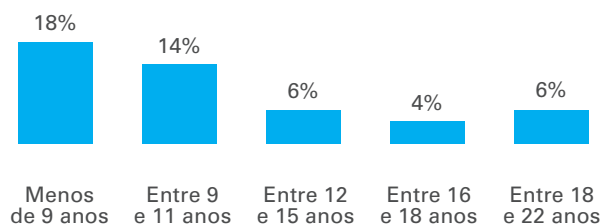


Gráfico 10e.3 – Distribuição relativa por Faixa etária



P11. Na minha escola (I)

Sendo que, do total de respondentes, 15 participantes afirmam não estar escolarizados, a amostra de respondentes em questões de educação e escola baixou para 722 respondentes, de um universo total de 737.

Relativamente à situação dos participantes nos estabelecimentos de ensino, uma grande percentagem (77%) afirmam que, na sua escola praticam educação física; 27% dizem que existe um Clube de Escola; 69% alegam que os professores dão bem as aulas; 27% que há livros suficientes para todas as crianças e 36% garantem que na sua turma todos sabem ler. **(Gráfico 11.1)**

a) Na minha escola existe um 'clube de escola' onde os alunos podem discutir sobre todos os assuntos do seu interesse

Em relação à existência de diversas formas de participação e de expressão nas escolas, só 27% dos participantes afirmaram que a sua escola dispõe de um Clube de Escola, onde podem discutir sobre assuntos do seu interesse.

Se distribuirmos por província, a maior percentagem de respostas afirmativas recai na província de Gaza (38%) do total de participantes. Pelo contrário, a província de Niassa é a que dispõe de um menor número de clubes de escola, com apenas 11% de respostas afirmativas.

Em geral, nenhuma província apresenta uma percentagem superior a 40% de respostas afirmativas, pelo que se pode concluir que a existência de clubes de escola, enquanto fóruns de promoção da participação das crianças nas escolas, ainda não está amplamente instaurada. **(Gráfico 11a.1)**

Gráfico 11.1 – Distribuição Global

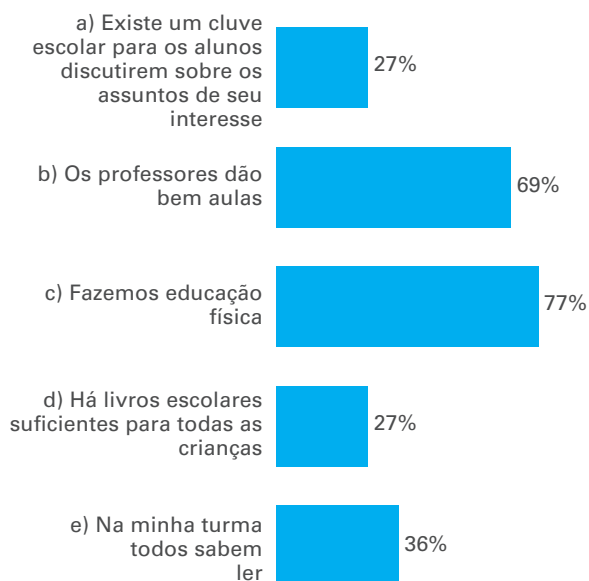
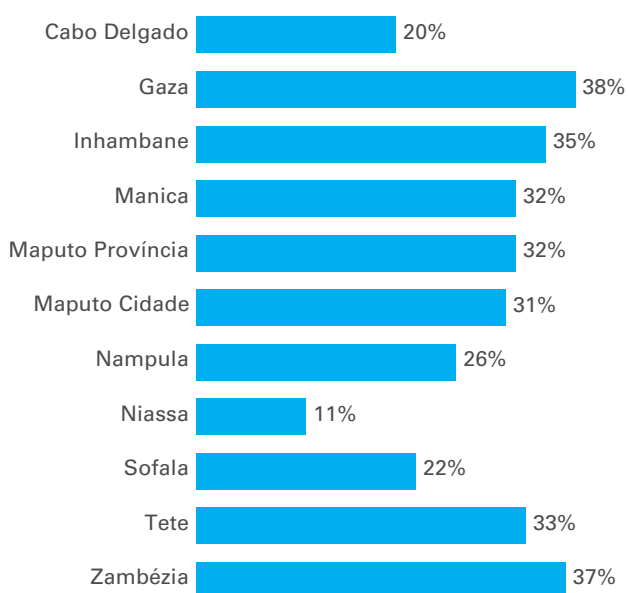


Gráfico 11a.1 – Distribuição relativa por Província



Em relação à distribuição por zona de residência, a mais alta percentagem de funcionamento de clubes de escola ocorre nas escolas das capitais provinciais (38%). Por seu turno, nas escolas rurais a existência de clubes de escola é menor, com uns meros 16%. **(Gráfico 11a.2)**

69% dos participantes alegam que, na sua escola, os professores dão bem as aulas, mas só 27% afirmaram que a sua escola dispõe de um Clube de Escola

Apesar de os clubes de escola disponibilizarem espaço para os alunos exercerem o seu direito de expressão e de participação, os fracos resultados permitem concluir que, na maioria das escolas, este direito não está garantido, e em especial para alunos que estudam no campo.

Destaque-se a conclusão da análise destes resultados, comparativamente com os resultados da Pergunta 12. f) “Na minha escola a opinião dos alunos é importante” (Pag.32): Nela 54% dos respondentes afirmam que na sua escola a opinião dos alunos é tida em conta, mas só 36% destes respondentes dizem também que na sua escola existe um Clube de Escola, podendo concluir-se que a existência e objectivo principal dos Clubes não foram bem entendidos pelos alunos.

b) Na minha escola os professores dão bem as aulas

No que se refere à noção de qualidade de ensino, 69% dos participantes alegam que, na sua escola, os professores dão bem as aulas. **(Gráfico 11.1)**

Esta percentagem é maior nos respondentes da província de Sofala (85%) e menor na província de Cabo Delgado (49%), do total de respondentes. **(Gráfico 11b.1)**

Gráfico 11a.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

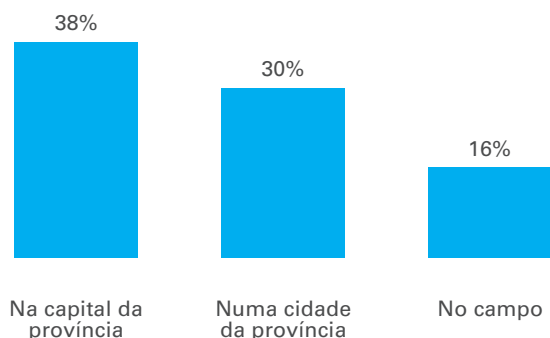
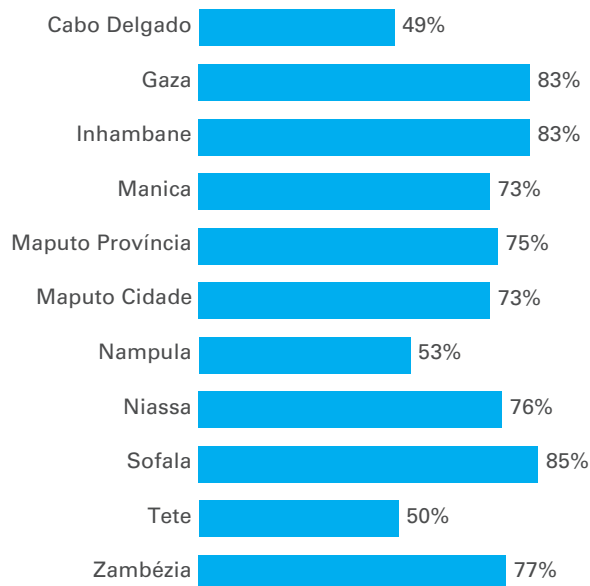


Gráfico 11b.1 – Distribuição relativa por Província



Se distribuídas por grau de escolaridade, a maior percentagem de respostas afirmativas recai no grupo que frequenta a 1ª classe (90%) de respostas afirmativas, contra apenas 46% no grupo que frequenta o ensino superior. **(Gráfico 11b.2)**

Apesar de o resultado global (69%) ser elevado **(Gráfico 11.1)**, para se aferir se as respostas dos participantes têm uma estreita relação com a avaliação correcta da qualidade de ensino facultado nas escolas, pode-se conferir com o resultado da pergunta 11. e) “Na minha turma todos sabem ler” (Pag.27). Do total de respondentes que afirmam que os professores dão bem as aulas, só 39% garantem que na sua turma todos sabem ler.

Podemos concluir que não conhecem o verdadeiro significado de ‘educação de qualidade’, nem existe capacidade para uma correcta avaliação da mesma. Em resumo, a fraca percentagem de respostas afirmativas por parte dos que frequentam o ensino superior (46%) pode querer dizer, precisamente, que esta faixa etária tem maior capacidade crítica, ou mais conhecimento no que se refere a uma ‘educação de qualidade’.

d) Na minha escola há livros escolares suficientes para todas as crianças

Quanto ao acesso a material escolar, só 27% dos participantes afirmam que, na sua escola, há livros escolares suficientes para todas as crianças. **(Gráfico 11.1)**

Se distribuídas por província, a percentagem de respostas afirmativas é superior na província de Inhambane (35%), contra somente 20% na província de Niassa. Em geral, todas as províncias apresentam resultados substancialmente baixos, confirmando o pouco apoio que os estudantes recebem, em termos de material escolar, na maior parte do país. **(Gráfico 11d.1)**

Esta significativa insuficiência de livros escolares para todas as crianças acentua-se nas respostas dos que vivem na capital de província, apenas 22% de respostas afirmativas, contra 32% por parte das que vivem no campo. **(Gráfico 11d.2)**

Gráfico 11b.2 – Distribuição relativa por Nível de escolaridade

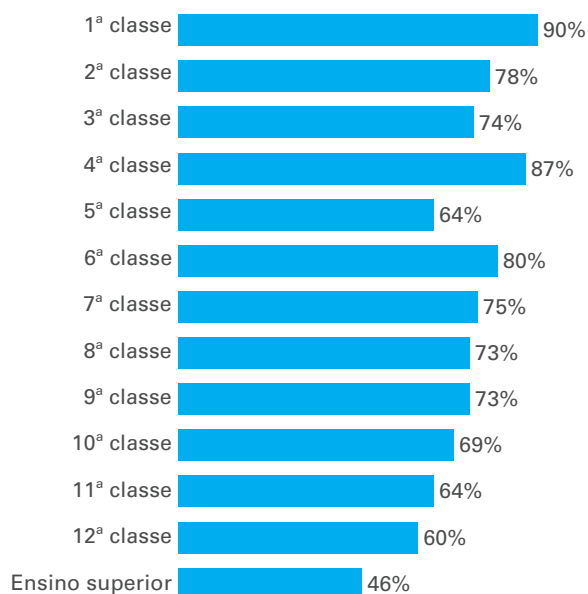
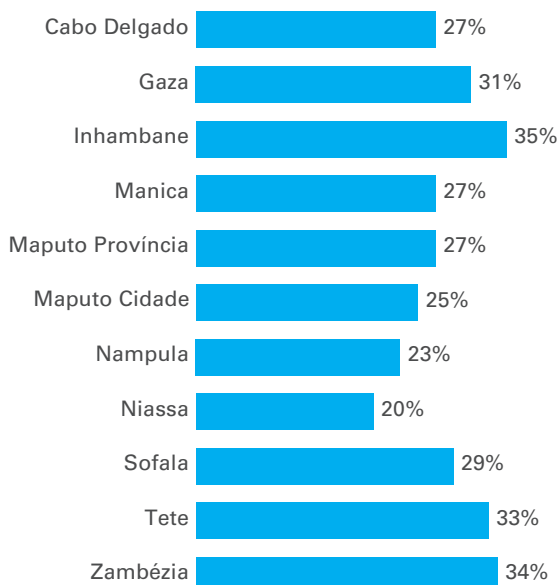


Gráfico 11d.1 – Distribuição relativa por Província



e) Na minha turma todos sabem ler

Relativamente à dimensão do alfabetismo nas escolas, só 36% dos participantes garantem que na sua turma todos sabem ler. **(Gráfico 11.1)**

A maioria das respostas afirmativas ocorre na província de Maputo (63%) do total de respondentes desta província. Por outro lado, a menor percentagem teve lugar na província de Nampula (17%), seguida de Niassa e Sofala com apenas 22%, do total de respondentes dessas províncias. **(Gráfico 11e.1)**

Analisando as respostas por grau de escolaridade, os resultados demonstram que só uma pequena percentagem dos participantes que frequentam a escola afirmou que, na sua turma, todos sabem ler, e ainda menor percentagem no grupo que frequenta a 3ª classe (13%) de respostas afirmativas.

De um modo geral, quase todos os níveis de escolaridade apresentam um fraco grau de literacia, sendo mais alarmantes os dados apresentados pelos estudantes que frequentam o ensino superior (só 73% afirmam que, na sua turma, todos sabem ler), uma vez que se referem aos jovens maiores de 18 anos, que estão a terminar os estudos secundários. **(Gráfico 11e.2)**

Se distribuirmos as percentagens, por zona de residência, encontramos 26% de respostas afirmativas por parte dos estudantes que vivem no campo **(Gráfico 11e.3)**, podendo concluir-se que, a noção de qualidade de ensino, nas escolas rurais, é significativamente mais fraca do que nas escolas das capitais de província.

Comparando estes resultados com os dados a nível nacional, verifica-se uma coerência com os resultados do estudo, efectuados na província de Nampula (uma das que tiveram os resultados mais fracos deste inquérito) e da Zambézia, os quais indicam que, no ano 2013, só 2% dos estudantes da 2ª e 3ª classes sabiam ler.⁴

Gráfico 11d.2 – Distribuição relativa por Zona de residência



Gráfico 11e.1 – Distribuição relativa por Província

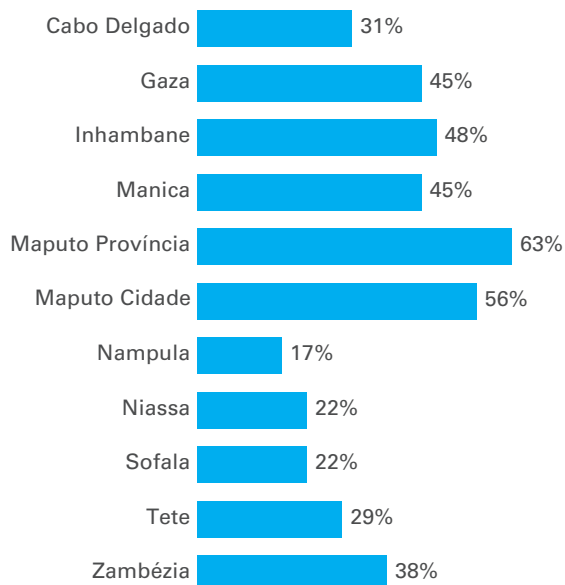
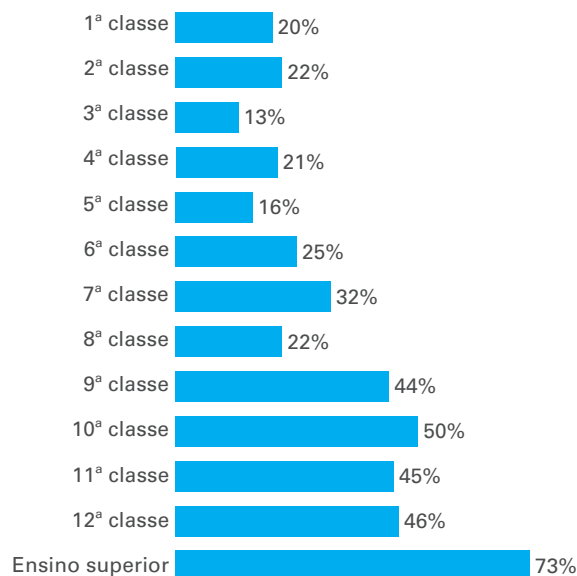


Gráfico 11e.2 – Distribuição relativa por Nível de escolaridade



4 Situation Analysis of Children in Mozambique 2013, Anthony Hodges Ed, Oxford Policy Management. Pag.07.

P12. Na minha escola (II)

No que se refere à situação dos participantes dos estabelecimentos de ensino, há uma grande percentagem (71%) que afirmam que, na sua escola, há casas de banho, ou latrinas, separadas, para rapazes e raparigas; 20% alegam que os professores faltam muito às aulas; 24% dizem que há crianças que são maltratadas pelos professores; 46% garantem que há água para usar nas instalações sanitárias; 54% asseguram que, na sua escola, a opinião dos alunos é importante, e 48% adiantam que, na sua escola, há muitas raparigas que não terminam o ano lectivo. **(Gráfico 12.1)**

a) Na minha escola os professores faltam muito às aulas

Quanto à ausência dos professores nas aulas, 20% dos respondentes confirmam que, na sua escola, os professores faltam muito às aulas. **(Gráfico 12.1)** Esta situação da não comparência dos professores nas escolas é mais grave na província de Sofala, onde 38% dos participantes da província deu respostas afirmativas, seguindo-se-lhe a província de Gaza com 24% e a de Nampula com 23%. **(Gráfico 12a.1)**

Se compararmos estes dados com os resultados da distribuição por província, da pergunta 11. e) “Na minha turma todos sabem

ler” (Pag.27), percebe-se a relação entre a deficiente capacidade de leitura dos estudantes de províncias como Sofala, Niassa e Nampula, e a frequente ausência de professores nas escolas destas províncias.

Numa distribuição por zona de residência a maior ausência de professores tem lugar nas escolas rurais, com 26% de respostas afirmativas, contra 16% nas escolas da capital de província.

(Gráfico 12a.2)

Finalmente, numa análise dos resultados que afirmam que os professores faltam muito às aulas, em conjunto com os resultados da pergunta 11. b) “Na minha escola os professores dão bem as aulas” (Pag.25), podemos detectar que 60% dos respondentes, que afirmam que os professores faltam muito às aulas, também dizem que os professores dão bem as aulas. Só 40% desta amostra é que declaram que os professores, além de faltarem muito às aulas, também não as ensinam bem, evidenciando, portanto, uma falta de capacidade de avaliarem correctamente os professores.

Gráfico 11e.3 – Distribuição relativa por Zona de residência

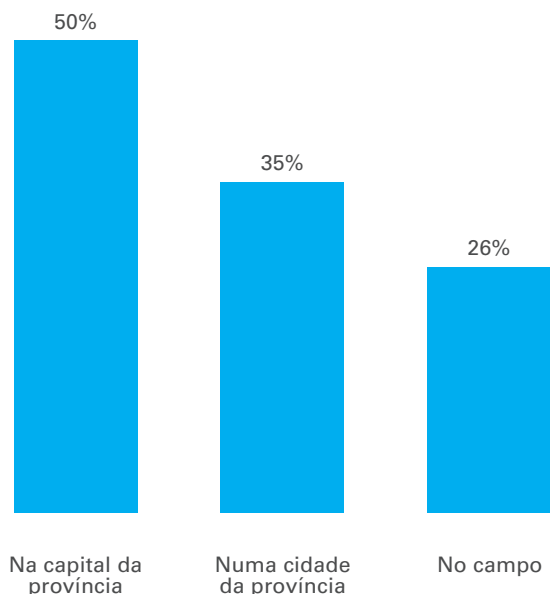
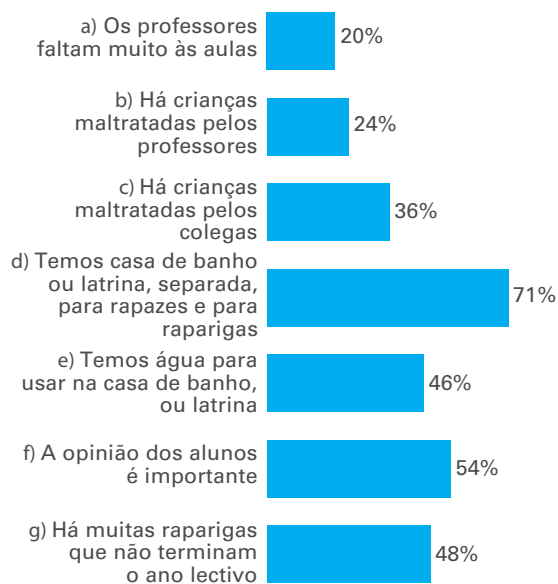


Gráfico 12.1 – Distribuição Global



b) Na minha escola há crianças maltratadas pelos professores

Relativamente ao abuso físico nas escolas, por parte dos professores, a percentagem assustadora de 24% de participantes demonstra que, nas suas escolas há crianças maltratadas pelos professores. **(Gráfico 12.1)**

Mais uma vez esta situação é mais acentuada na província de Sofala, com 46% de respostas afirmativas, seguida da província da Zambézia com 33%, contra apenas 4% de respostas afirmativas, na província de Tete. **(Gráfico 12b.1)**

Numa distribuição por zona de residência, as crianças que vivem no campo sofrem mais maus-tratos físicos por parte dos professores, (32%) de respostas afirmativas, ao contrário dos seus pares que estudam numa cidade provincial (só 24%), ou ainda menos, dos estudantes duma capital de província, com uns meros 18% de respostas afirmativas. **(Gráfico 12b.2)**

Finalmente, numa análise dos respondentes que afirmam que na sua escola há crianças maltratadas pelos professores, podemos perceber que dessa percentagem global de 20%, cerca de 72% tanto afirmam que, na sua escola, há crianças maltratadas pelos professores, como que os professores dão bem as aulas, numa demonstração de que desconhecem a responsabilidade dos educadores em garantir, fomentar e respeitar os Direitos da Criança dentro do recinto escolar, bem como em protegê-las do abuso infantil. Desse grupo, só 28% dizem que os professores maltratam as crianças e também não dão bem as aulas.

24% dos
participantes diz que,
nas suas escolas há
crianças maltratadas
pelos professores

Gráfico 12a.1 – Distribuição relativa por Província

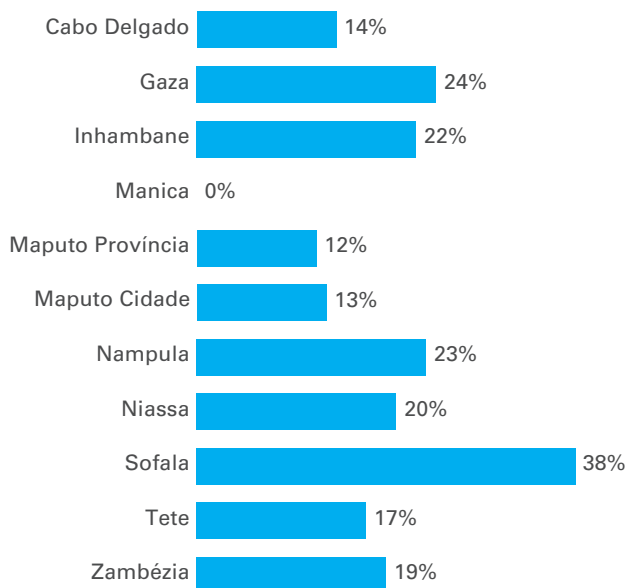
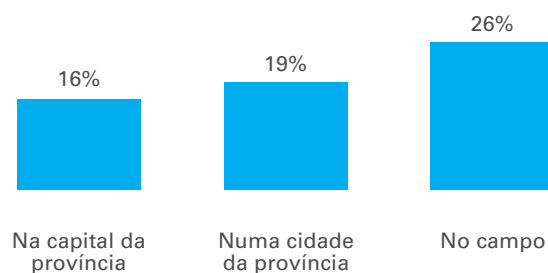


Gráfico 12a.2 – Distribuição relativa por Zona de residência



e) Na minha escola temos água para usar na casa de banho, ou latrina

Quanto às condições de higiene e saneamento nas escolas, só 46% dos participantes afirmam que há água para usar na casa de banho, ou latrina. **(Gráfico 12.1)**

Se distribuídos por província, Maputo Cidade é a região com maior disponibilidade de água nas escolas (69% de respondentes afirmativos). A província com menor percentagem de respostas afirmativas é a província de Niassa, com apenas 15%. **(Gráfico 12e.1)**

Em relação a zonas de residência, a menor percentagem de escolas com água encontra-se no campo, contra uma percentagem significativamente maior nas escolas da capital de província. **(Gráfico 12b.2)**

Esta ausência de condições básicas de higiene nas escolas acentua-se nas províncias do Norte e nas zonas rurais.

Apenas 36% dos participantes garantem que na sua turma todos sabem ler.

Gráfico 12b.2 – Distribuição relativa por Província

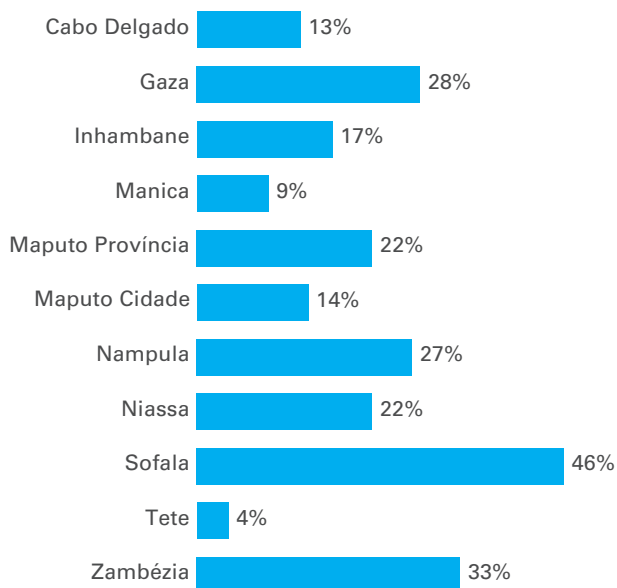


Gráfico 12b.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

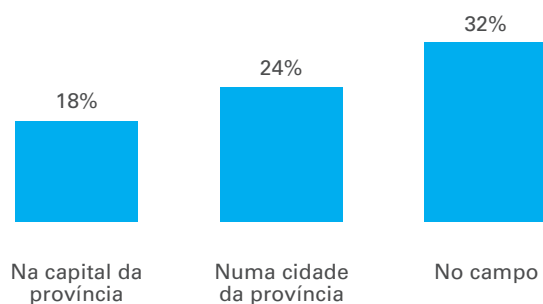




Gráfico 12e.1 – Distribuição relativa por Província

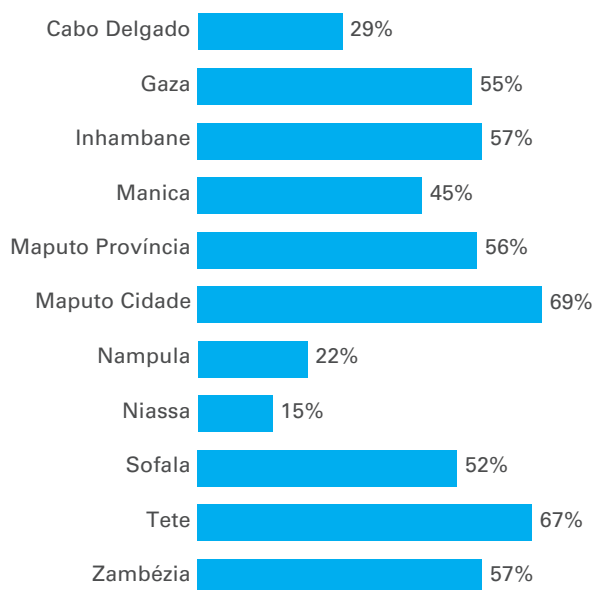
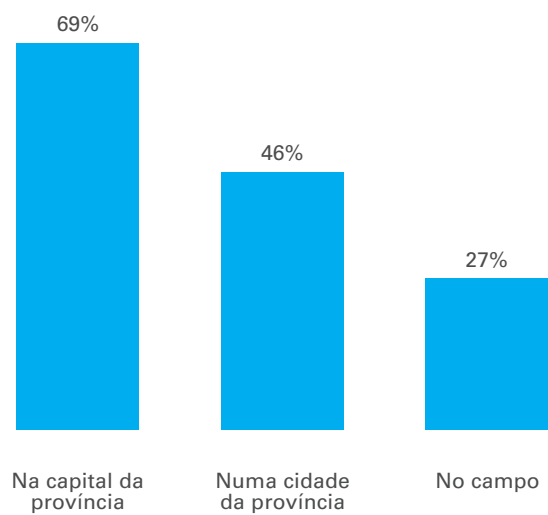


Gráfico 12b.2 – Distribuição relativa por Zona de residência



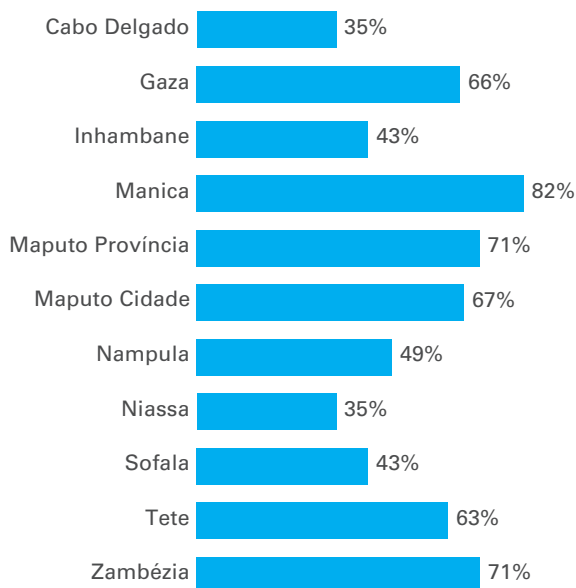
f) Na minha escola a opinião dos alunos é importante

No que diz respeito ao direito à autoexpressão por parte dos alunos, 54% dos participantes afirmam que, na sua escola, a opinião dos alunos é tida em conta. **(Gráfico 12.1)**

Quando distribuídos por província, os participantes de Manica confirmam uma maior percentagem de uso e respeito pelo direito à opinião nas escolas, ao contrário das províncias de Cabo Delgado e Niassa, que apresentam uma percentagem similar, de 35%. **(Gráfico 12f.1)**

Por zonas de residência, 67% dos participantes que vivem numa capital de província, afirmam que a sua opinião é tida em linha de conta na escola, em contraposição a apenas 39% dos participantes das escolas das zonas rurais. **(Gráfico 12f.2)**

Gráfico 12f.1 – Distribuição relativa por Província



Numa distribuição por grau de escolaridade pode notar-se uma nítida linha ascendente, relativamente à opinião dos alunos. A menor percentagem é a dos alunos da 3ª classe, com somente 22% de respostas afirmativas, e as percentagens mais elevadas são dos níveis superiores, com realce para os alunos da 10ª classe e os alunos do ensino superior com 65%. **(Gráfico 12f.3)**

g) Na minha escola há muitas raparigas que não terminam o ano lectivo

Relativamente à educação das raparigas, 48% dos participantes afirmam que na sua escola há muitas raparigas que não terminam o ano lectivo. **(Gráfico 12.1)**

Esta situação acentua-se na província de Sofala, que tem uma elevada percentagem de 70% de respostas afirmativas, seguida de Manica com 64% e da Zambézia com 62%. A percentagem mais baixa é a da província de Maputo Cidade com 34% de respostas afirmativas. **(Gráfico 12g.1)**

Gráfico 12f.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

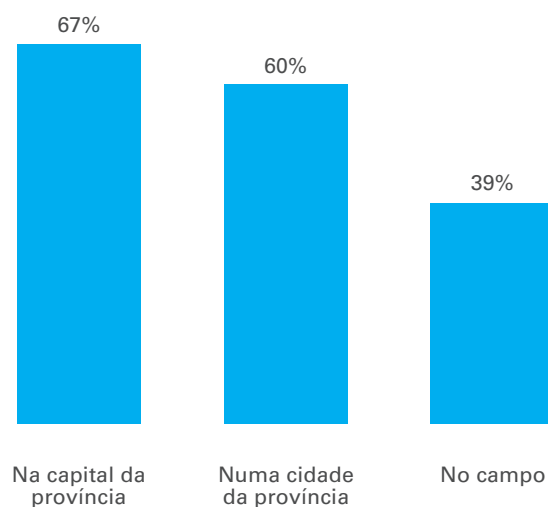


Gráfico 12f.3 – Distribuição relativa por Nível de escolaridade

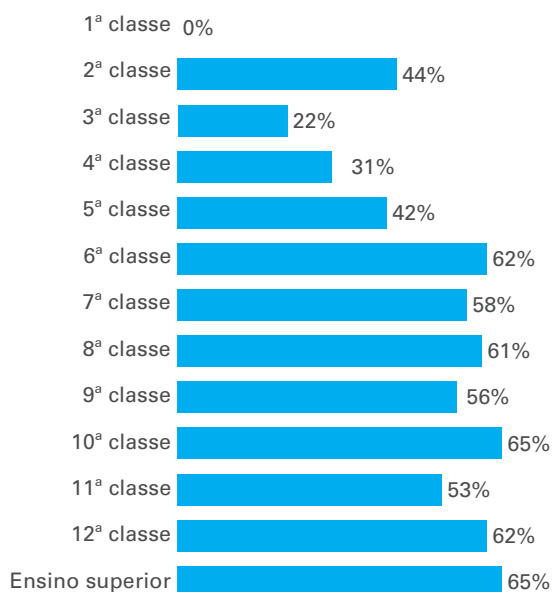


Gráfico 12g.1 – Distribuição relativa por Província

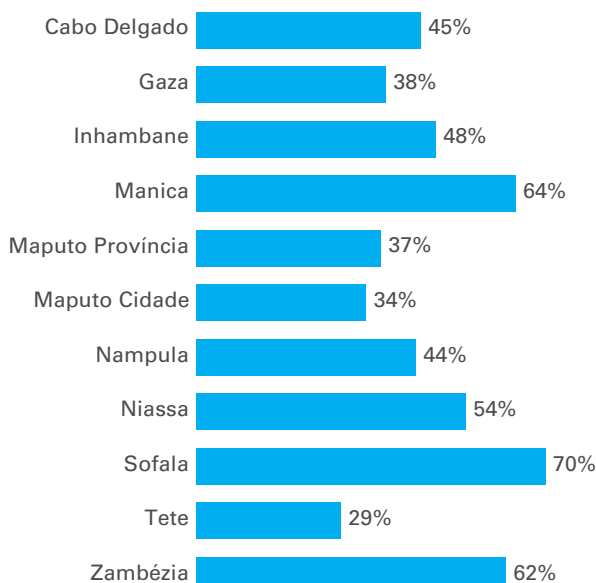


Gráfico 12g.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

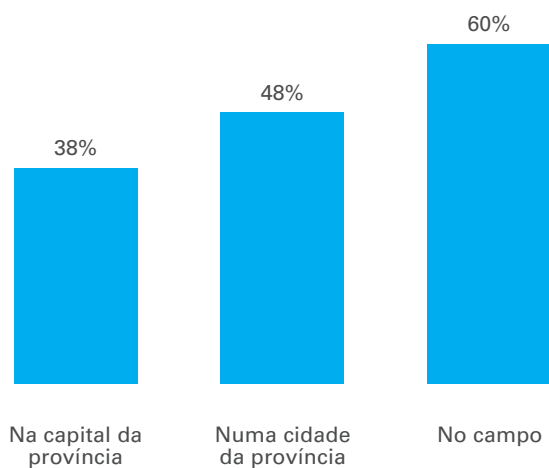
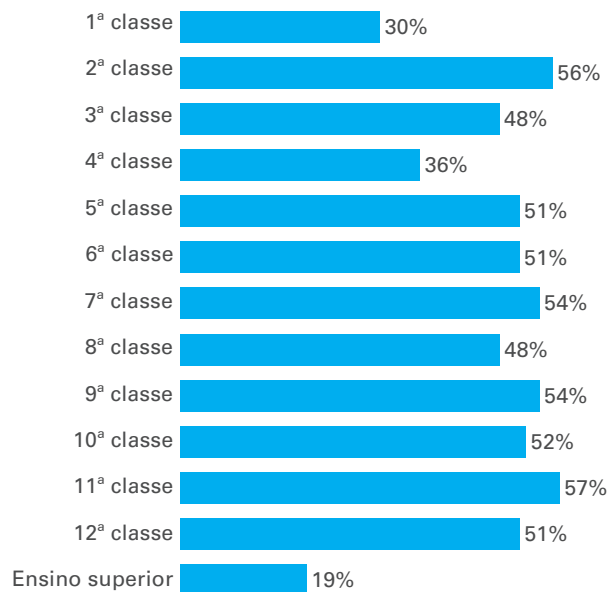


Gráfico 12g.3 – Distribuição relativa por Nível escolar



Numa distribuição por zona de residência, a percentagem de estudantes que afirmam que, na sua escola, muitas raparigas não terminam o ano lectivo é mais elevada entre os que vivem no campo (60%), contra 38% dos que vivem numa capital de província, evidenciando uma diferença substancial entre as zonas rurais e as urbanas, em relação à educação das raparigas, sendo as raparigas do campo as demonstram um maior risco de abandono escolar. **(Gráfico 12g.2)**

Embora a pergunta não especifique se o abandono escolar das raparigas acontece na turma do respondente, é interessante verificar que, na distribuição por grau de escolaridade os resultados são bastante equilibrados em todos os graus, apresentando apenas uma redução nos respondentes que frequentam o ensino superior. **(Gráfico 12g.3)**

P13. Na minha comunidade (I)

Relativamente à relação dos participantes com a sua comunidade, uma elevada percentagem (72%) afirma que, na sua comunidade, as pessoas usam a casa de banho, ou a latrina, para as suas necessidades, seguindo-se 66% que afirmam que na, sua comunidade, tratam bem as crianças. Por fim, 43% dizem que, na sua comunidade, as pessoas deitam o lixo para o chão. **(Gráfico 13.1)**

39% dos inquiridos afirmou que na sua comunidade era normal as raparigas casarem com menos de 15 anos.



a) Na minha comunidade as pessoas tratam bem as crianças

Em relação ao respeito pelas crianças nas comunidades, 66% dos participantes afirmam que, na sua comunidade, as pessoas tratam bem as crianças. **(Gráfico 13.1)**

Se distribuirmos por zona de residência, esta noção é bastante equilibrada entre zonas rurais e urbanas. **(Gráfico 13a.1)**

Numa distribuição por faixa etária e por género também é possível concluir-se que a noção relativa ao tratamento das crianças nas comunidades é bastante equilibrada. **(Gráfico 13a.2) (Gráfico 13a.3)**

48% das crianças afirma que na sua escola muitas raparigas não terminam o ano lectivo.

Gráfico 13.1 – Distribuição Global

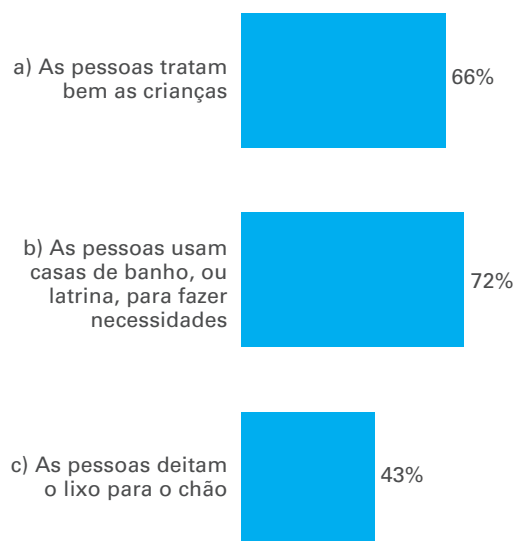


Gráfico 13a.2 – Distribuição relativa por Faixa etária

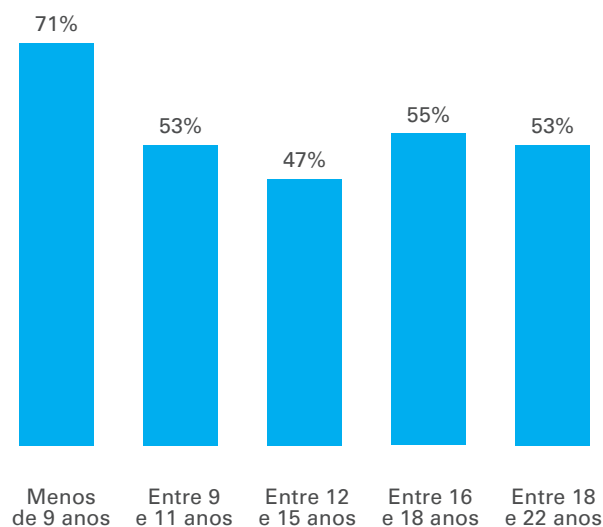


Gráfico 13a.1 – Distribuição relativa por Zona de residência

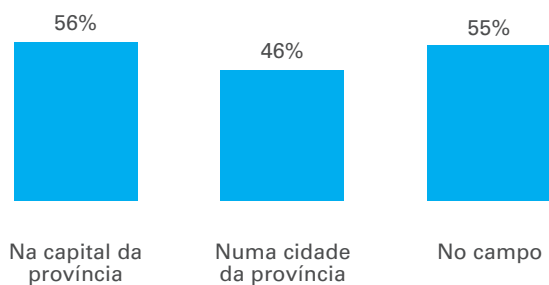
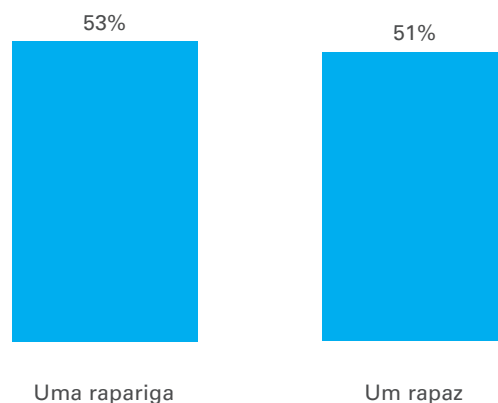


Gráfico 13a.3 – Distribuição relativa por género



b) Na minha comunidade as pessoas usam as casas de banho, ou latrina, para as suas necessidades

Em termos de hábitos de higiene e saneamento, nas comunidades, 72% dos participantes afirmam que as pessoas usam as casas de banho, ou a latrina, para as suas necessidades. **(Gráfico 13.1)**

Numa distribuição por província, Gaza apresenta o resultado mais elevado, com 93% de respostas afirmativas, seguida da Província de Sofala com 81%. Por outro lado, a Província de Inhambane apresenta apenas 57% de respostas afirmativas. **(Gráfico 13b.1)**

Numa distribuição por zona de residência, os resultados são ligeiramente similares, destacando-se 77% dos participantes que vivem numa capital de província, contra 67% dos que vivem numa cidade de província. **(Gráfico 13b.2)**

Se comparados estes dados com os colectados a nível nacional depreendem-se grandes diferenças entre ambos, uma vez que estes últimos demonstram que, no ano de 2011, só 23,8% da população fez uso de instalações sanitárias melhoradas⁵. Assim, mais uma vez, precisamos realçar a tipologia dos participantes no inquérito, os quais pertencem, na sua maioria, a um grupo de crianças moçambicanas privilegiadas, quer em termos de acesso à educação, quer à informação, o que também as coloca numa posição favorável para difusão de mensagens didáticas, no seio da comunidade.

Gráfico 13b.1 – Distribuição relativa por Província

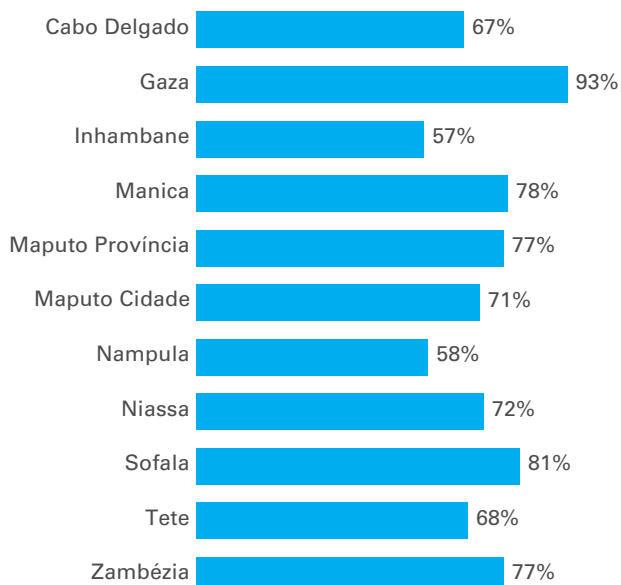
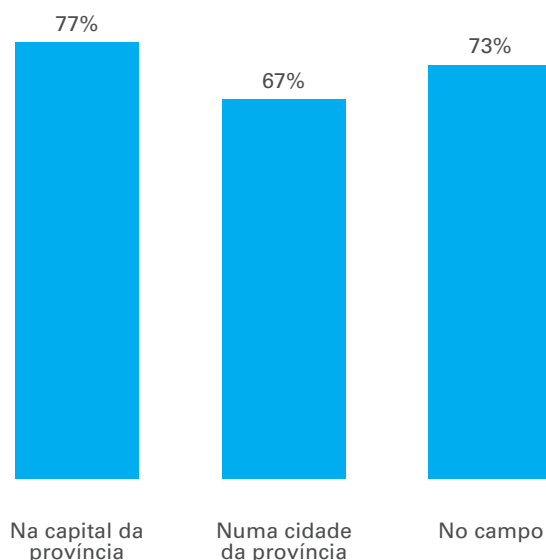


Gráfico 13b.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

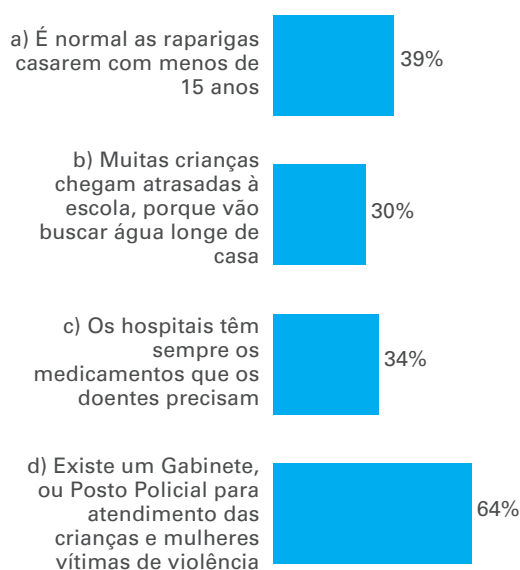


⁵ Situation Analysis of Children in Mozambique 2013, Anthony Hodges Ed, Oxford Policy Management. Pag.55.

P14. Na minha comunidade (II)

No que toca à relação dos participantes com a comunidade, 39% afirmam que é normal as raparigas casarem-se com menos de 15 anos; 30% dizem que muitas crianças chegam atrasadas à escola, porque vão buscar água longe de casa. Somente 34% afirmam que os hospitais têm sempre os medicamentos que os doentes precisam e 64% garantem saber que, na sua comunidade, há um Gabinete, ou Posto Policial para atender as crianças e as mulheres vítimas de violência. **(Gráfico 14.1)**

Gráfico 14.1 – Distribuição Global



a) Na minha comunidade é normal as raparigas casarem com menos de 15 anos

Em termos de aceitação do casamento prematuro nas comunidades, 39% dos participantes afirmam que é normal as raparigas casarem com menos de 15 anos. **(Gráfico 14.1)**

Numa distribuição por província, esta situação acentua-se principalmente na província de Sofala, com 60% de respostas afirmativas, seguida de Niassa com 57% e Cabo Delgado com 54%. As percentagens nestas províncias do Norte e Centro apresentam uma tendência mais elevada, enquanto que Maputo Cidade e a Província de Maputo detêm a percentagem mais baixa, com 13%. **(Gráfico 14a.1)**

A diferença é ainda maior em relação à distribuição por zona de residência, sendo a zona rural a mais afectada por esta situação, com uma percentagem de 55% de respostas afirmativas, contra 26% do total dos que vivem numa capital de província. **(Gráfico 14a.2)**

Gráfico 14a.1 – Distribuição relativa por Província

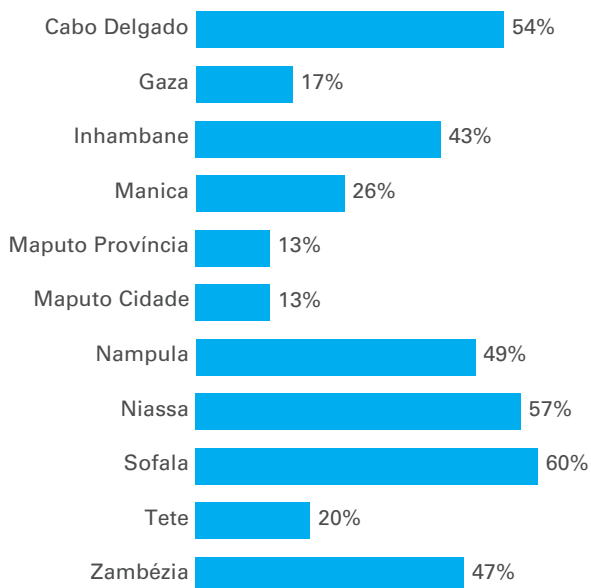
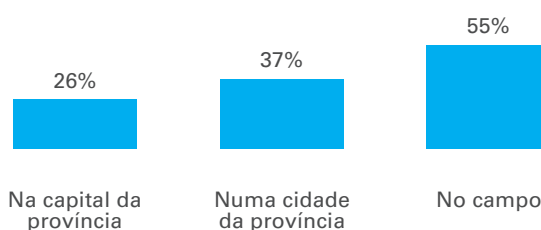


Gráfico 14a.2 – Distribuição relativa por Zona de residência



Se comparamos estes dados com os resultados da pergunta P8. “Uma criança é uma pessoa com” (Pag.16), do total de respondentes que afirmam que na sua comunidade é normal as raparigas casarem com menos de 15 anos, uma grande percentagem também desconhece que uma criança é ‘uma pessoa menor de 18 anos’. **(Gráfico 14a.3)**

Confrontando estes resultados com os do IDS, a nível nacional, “estes mostram que a percentagem de mulheres, entre os 15 e os 19 anos casadas antes dos 15 anos, desceu de 14% para 10%, entre 2003 e 2011, e que a percentagem de mulheres com idades entre os 20 e os 24, casadas antes dos 18 anos, desceu de 56% para 48%”, mostrando, mesmo assim, uma elevada prevalência de casamento prematuro na sociedade moçambicana⁶.

b) Na minha comunidade muitas crianças chegam atrasadas à escola porque vão buscar água longe de casa

Relativamente ao incentivo que as crianças recebem para frequentar a escola, 30% dos participantes afirmam que, na sua

comunidade, muitas crianças chegam atrasadas à escola porque vão buscar água longe de casa. **(Gráfico 14.1)**

Esta situação agrava-se nas províncias de Niassa (41%), Cabo Delgado (39%), Zambézia (38%) e Sofala (37%), com as maiores percentagens de respostas afirmativas. A mais baixa recai na região de Maputo Cidade, com apenas 12% de respostas afirmativas. Mais uma vez, as províncias do Norte e Centro do país apresentam as percentagens mais elevadas no que toca às dificuldades que as crianças enfrentam para fazerem os deveres de casa e poderem frequentar a escola. **(Gráfico 14b.1)**

Muito mais acentuada é a diferença que se verifica na distribuição por zona de residência, em que 45% dos participantes residentes no campo afirmam que, muitas crianças chegam tarde à escola porque têm de ir buscar água longe de casa, ao contrário dos seus pares que habitam numa capital de província, apenas 12% de respostas afirmativas. **(Gráfico 14b.2)**

Gráfico 14a.3 – Distribuição relativa por os respostas afirmativas e Definição de criança.

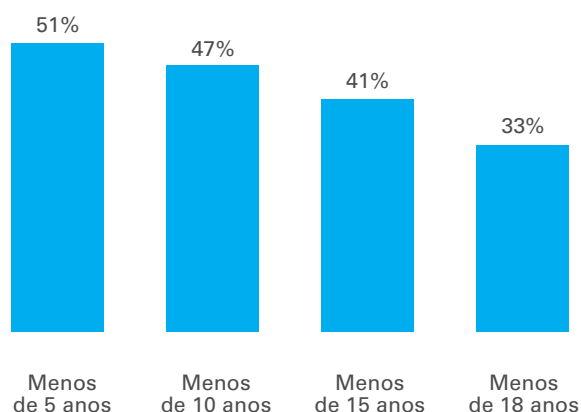
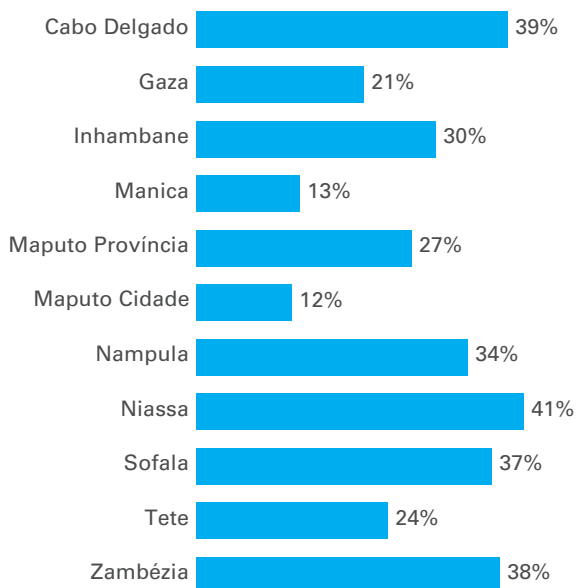


Gráfico 14b.1 – Distribuição relativa por Província



6 Situation Analysis of Children in Mozambique
2013, Anthony Hodges Ed, Oxford Policy
Management. Pag. 08.

d) Na minha comunidade existe um Gabinete, ou Posto Policial, para atendimento das crianças e mulheres vítimas de violência

Relativamente ao conhecimento das instâncias governamentais que lidam com a protecção da criança, 64% dos participantes afirmam conhecer a existência, na sua comunidade, de um Gabinete, ou Posto Policial, para atendimento de crianças e mulheres vítimas de violência. **(Gráfico 14.1)**

Este conhecimento é maior na Província de Sofala, onde 94% disse saber da existência de um Gabinete de atendimento à Criança, seguida da Província de Maputo, com 83% de respostas afirmativas. A Província de Inhambane (43%) e a Província de Niassa apresentam a percentagem mais baixas, com apenas 31% de participantes a garantirem que sabem que existe uma instância governamental que está encarregada de proteger da violência as crianças e as mulheres. **(Gráfico 14d.1)**

Por zonas de residência, a distribuição é mais equitativa, com 69% dos participantes que vivem numa capital respondendo afirmativamente, contra 61% dos que vivem numa cidade de província, ou mesmo no campo.

30% dos participantes afirma que na sua comunidade, muitas crianças chegam atrasadas à escola porque vão buscar água longe de casa.

Gráfico 14b.2 – Distribuição relativa por Zona de residência

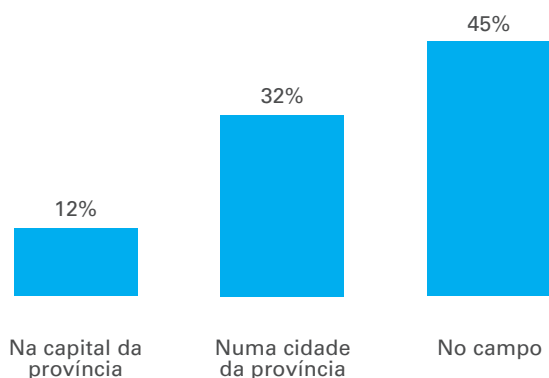
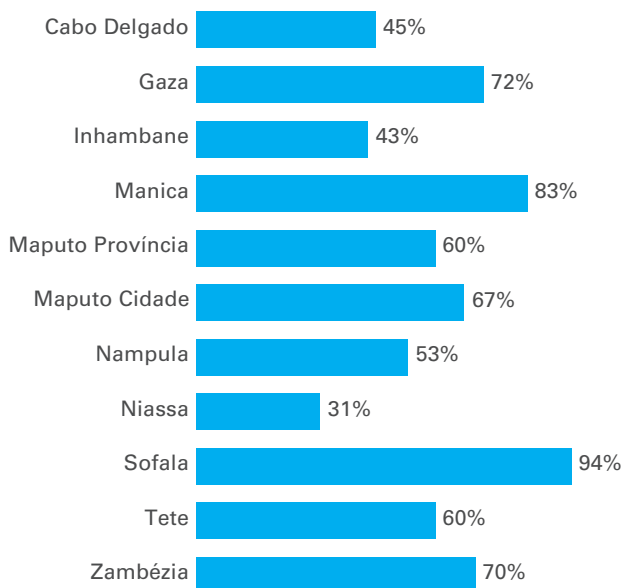


Gráfico 14d.1 – Distribuição relativa por Província



P15. Na minha comunidade os programas radiofónicos produzidos por crianças, adolescentes e jovens falam sobre a prevenção do HIV.

Quanto aos conteúdos dos programas radiofónicos infantis, 75% dos participantes afirmam que há programas de rádio que educam na prevenção do HIV; 9% dizem que os programas não falam do assunto, e 16% alegam que não sabem. **(Gráfico 15.1)**

Numa distribuição por Grupo de participantes, percebe-se a grande diferença entre os resultados de ambos grupos, com 81% das Crianças dos Meios de Comunicação Social a afirmarem que produzem programas educativos de prevenção do HIV, contra apenas 52% das crianças membros do Parlamento Infantil **(Gráfico 15.2)**

Esta significativa diferença entre os dois grupos percebe-se, se se atender a que as crianças dos meios de comunicação social têm maior informação, visto que são elas próprias que estão envolvidas na produção e na definição dos conteúdos. Por conseguinte, estes resultados não definem, claramente, se os programas de rádio

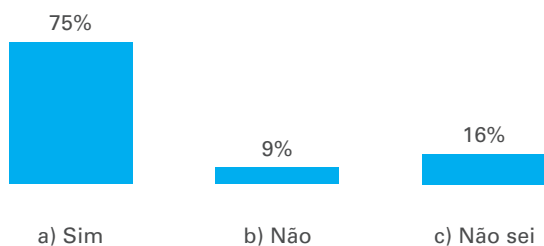
produzidos por crianças, adolescentes e jovens falam de HIV, ou se os conteúdos são desconhecidos por parte da população, que não está envolvida na sua produção.

Numa distribuição por província, do total de respondentes que afirmam que os programas de comunicação social incluem o tema do HIV, a maior percentagem recai nos respondentes da Província de Nampula, com 90%, contra menores percentagens nas províncias de Maputo e de Maputo Cidade, com 57% e 58% respectivamente. **(Gráfico 15.3)**

Em relação ao grupo de respondentes, que afirmam que os programas radiofónicos não falam de HIV, a maior percentagem encontra-se nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, com 16% e 15% respectivamente. **(Gráfico 15.4)**

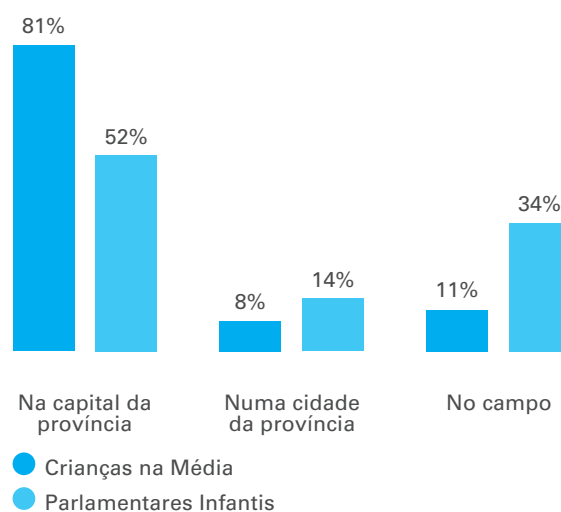
Numa distribuição por zona de residência, a maioria dos respondentes, que afirmam que os programas radiofónicos produzidos por crianças, adolescentes e jovens não falam de HIV, residem no campo. **(Gráfico 15.5)**

Gráfico 15.1 – Distribuição Global



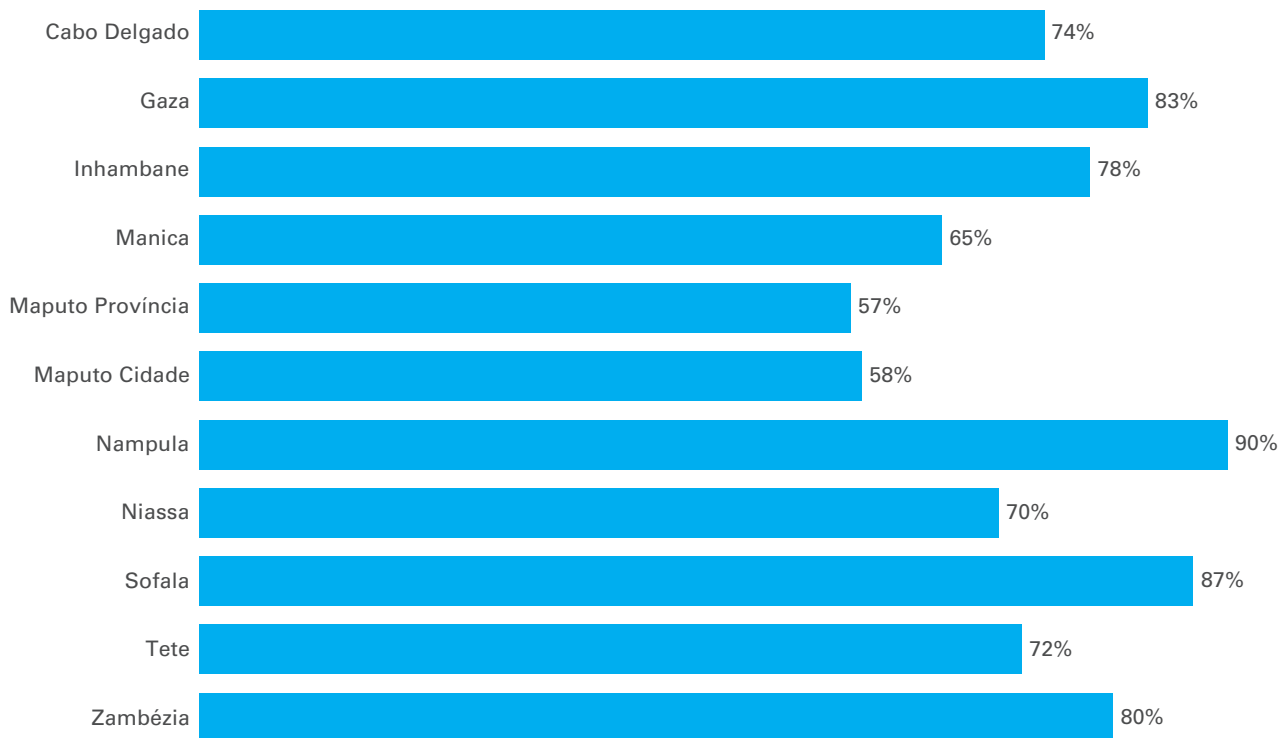
75% dos inquiridos afirmam que há programas de rádio que educam sobre a prevenção do HIV.

Gráfico 15.2 – Distribuição Global por grupo de participantes



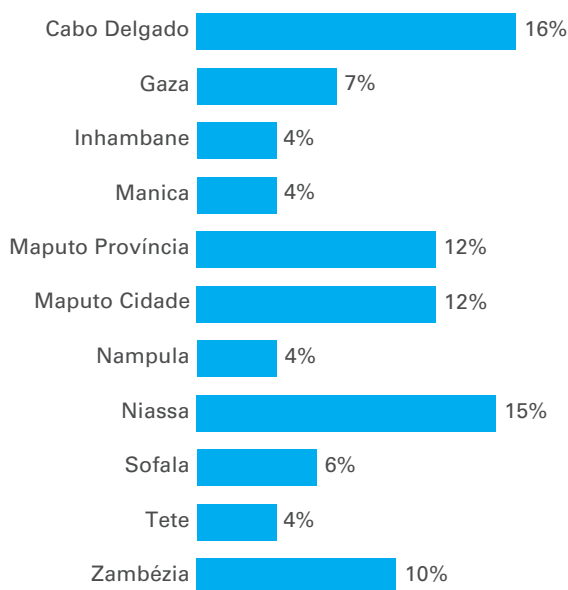
OPÇÃO A

Gráfico 15.3 – Distribuição relativa por Província



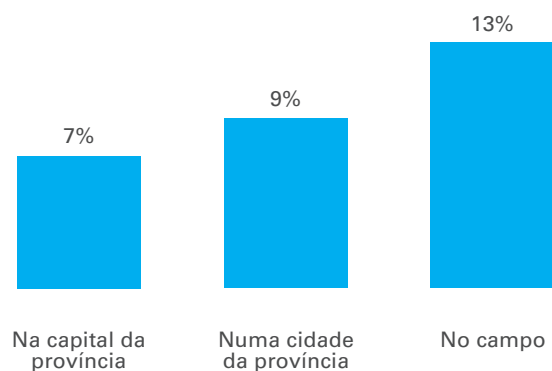
OPÇÃO B

Gráfico 15.4 – Distribuição relativa por Província



OPÇÃO B

Gráfico 15.5 – Distribuição relativa por Zona de residência



P16. Na minha comunidade as pessoas falam dos programas de rádio produzidos por crianças, adolescentes e jovens.

Relativamente ao nível de impacto que os programas radiofónicos produzidos por crianças, adolescentes e jovens têm na comunidade, 71% dos participantes afirmam que os programas são comentados na comunidade, 14% dizem que não são relevantes e 15% alegam que não sabem. **(Gráfico 16.1)**

Mais uma vez, se se fizer uma distribuição por grupo de participantes, comprova-se uma grande diferença entre as respostas das Crianças dos Meios de Comunicação Social e os Parlamentares Infantis. No 1º grupo 76% dos participantes garantem que os programas radiofónicos produzidos por crianças, adolescentes e jovens são comentados pela comunidade, contra apenas 55% dos membros do Parlamento Infantil. **(Gráfico 16.2)**

Gráfico 16.1 – Distribuição Global

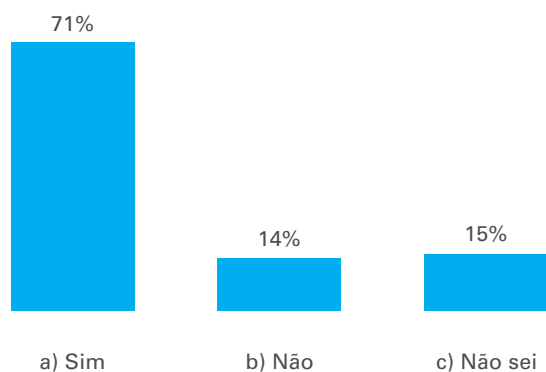
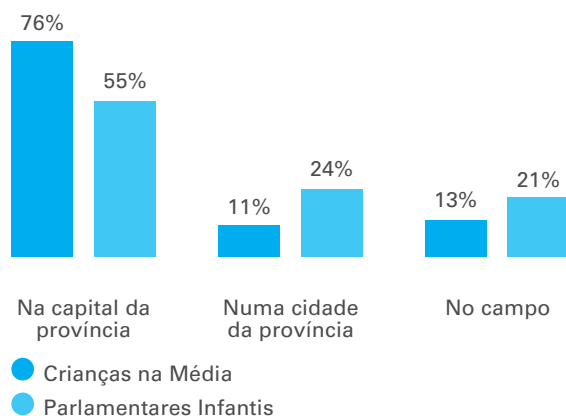


Gráfico 16.2 – Distribuição Global por grupo de participantes

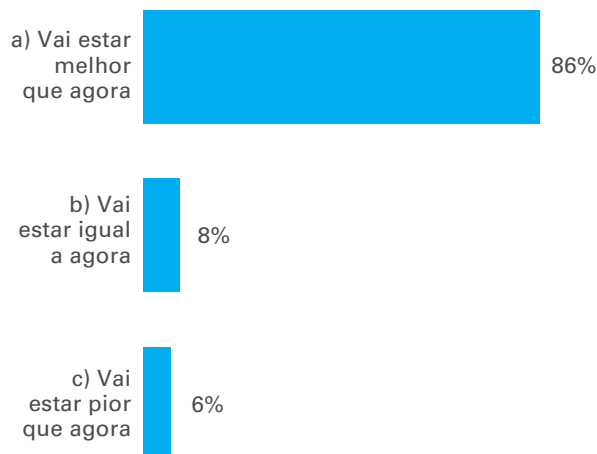


P17. Quando eu for grande a vida das crianças de Moçambique:

Relativamente à percepção do futuro em termos de qualidade de vida, 86% dos participantes afirmam acreditar que, no futuro, a vida das crianças moçambicanas vai ser melhor que agora, 8% dizem que vai estar igual, e 6% pensam que vai estar pior. **(Gráfico 17.1)**

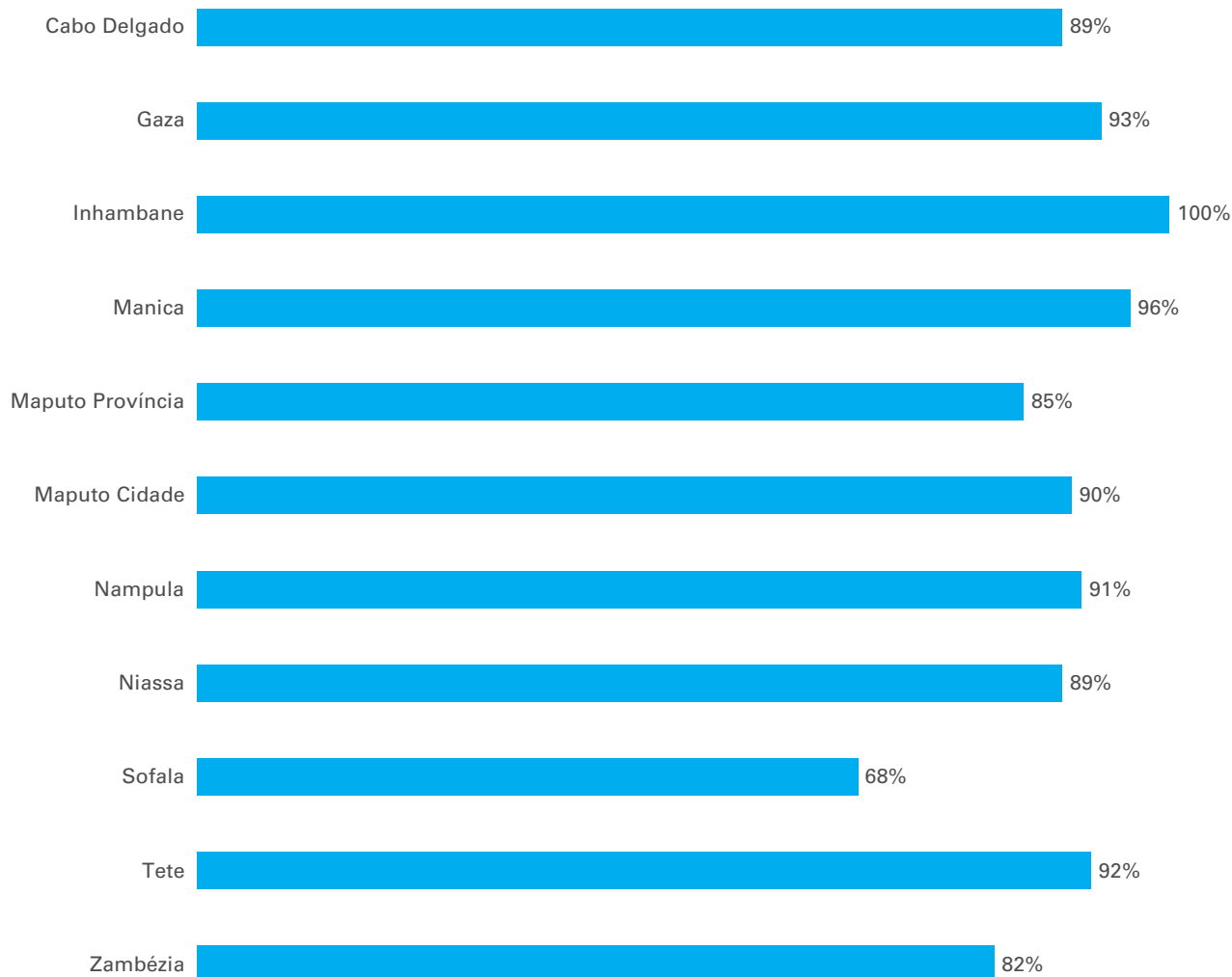
Entre os participantes que acreditam que no futuro a vida das crianças de Moçambique vai estar melhor, é significativa a diferença entre províncias como Inhambane (100%, ou Maputo Cidade (90%), enquanto que na província de Sofala só 68% dos participantes sente que, no futuro, a vida das crianças vai estar melhor. **(Gráfico 17.2)**

Gráfico 17.1 – Distribuição Global



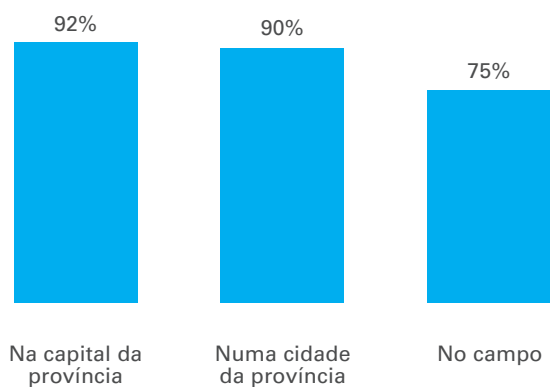
OPÇÃO A

Gráfico 17.2 – Distribuição relativa por Província



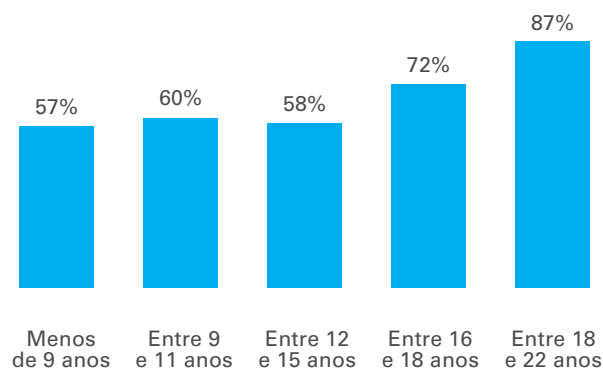
OPÇÃO A

Gráfico 17.3 – Distribuição relativa por Zona de residência



OPÇÃO A

Gráfico 17.4 – Distribuição relativa por de Faixa etária



Por zonas de residência, os participantes que vivem nas zonas rurais têm uma menor noção de melhoria que os seus pares das zonas urbanas, com 75% de respostas afirmativas, contra 90% e 92% dos seus pares que vivem numa cidade de província, ou numa capital de província. **(Gráfico 17.3)**

Numa distribuição por faixa etária, é significativa a diferença entre os participantes mais jovens e os mais adultos, quanto à percepção positiva do futuro. Assim, entre os participantes menores de 9 anos, só 57% acreditam num futuro melhor, contra 87% dos que têm entre 18 e 22 anos. **(Gráfico 17.4)**

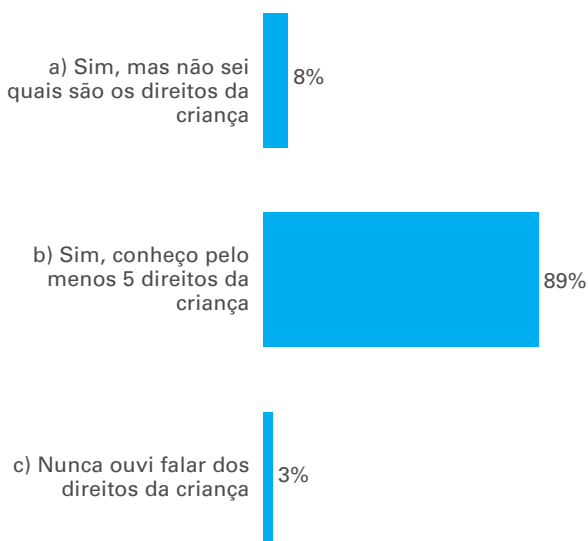
P18. Já ouviste falar dos Direitos da Criança?

Relativamente ao conhecimento dos Direitos Universais da Criança, 89% dos participantes garantem que conhecem, pelo menos, 5 Direitos da Criança, 8% que conhecem os Direitos da Criança, mas não sabem quais são e 3% que nunca ouviram falar do assunto. **(Gráfico 18.1)**

Por províncias, os resultados são bastante similares, à excepção da Província de Sofala que apresenta um menor conhecimento, com 79%, contra a Província de Manica com 100% de respostas afirmativas. **(Gráfico 18.2)**

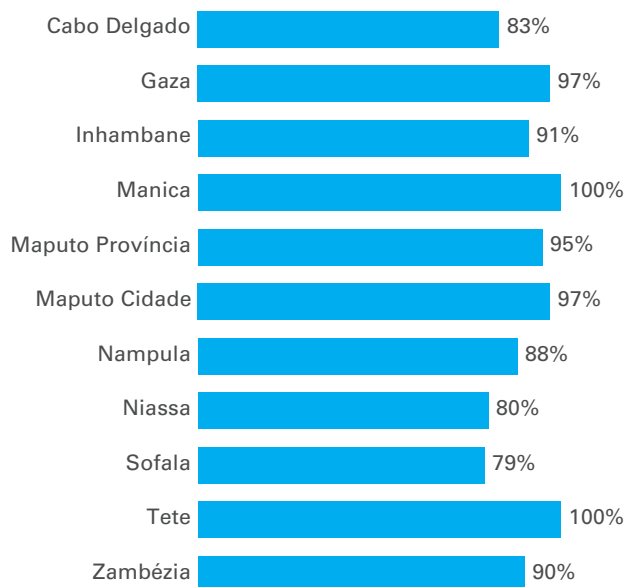
Por zona de residência é notória a diferença entre participantes de zonas urbanas e zonas rurais, destacando-se os participantes que vivem numa capital de província com uma percentagem de 95% de respostas afirmativas, contra 80% dos que vivem no campo. **(Gráfico 18.3)**

Gráfico 18.1 – Distribuição Global



OPÇÃO B

Gráfico 18.2 – Distribuição relativa por Província

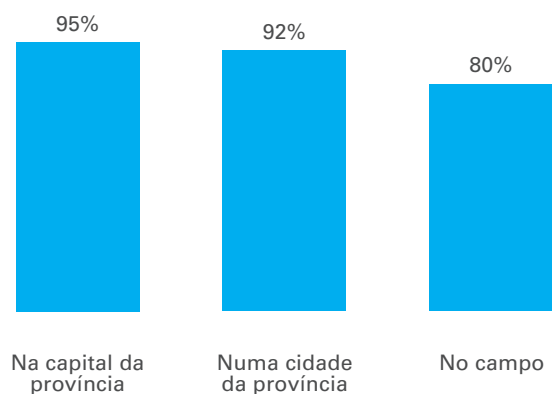


89% dos participantes garantem que conhecem, pelo menos, 5 Direitos da Criança.



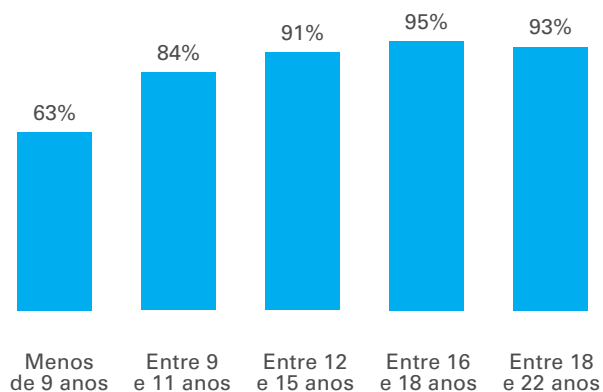
OPÇÃO B

Gráfico 18.3 – Distribuição relativa por Zona de residência



OPÇÃO B

Gráfico 18.4 – Distribuição relativa por Faixa etária

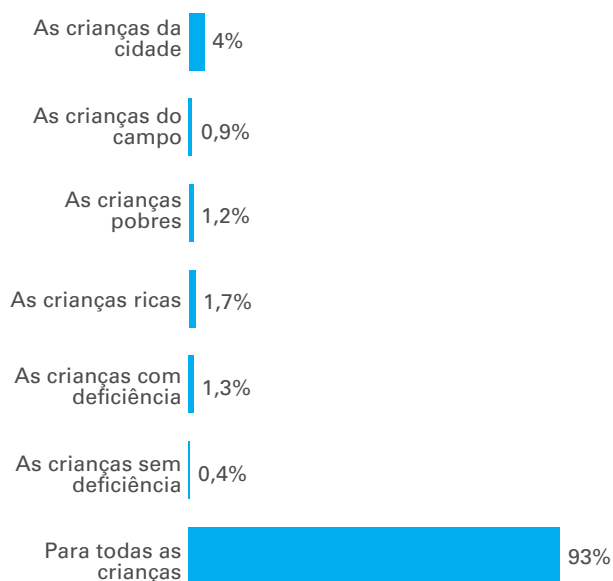


Numa distribuição por faixa etária, há uma diferença significativa das idades, relativamente ao conhecimento dos Direitos da Criança. Os respondentes menores de 9 anos denotam um maior desconhecimento de quais são os Direitos da Criança (63%), comparativamente com os 93% da faixa etária entre os 18 e 22 anos. **(Gráfico 18.4)**

P19. As crianças têm direitos. Pensas que estes direitos são para:

Relativamente à noção de abrangência dos Direitos Universais da Criança, 4% acredita que os Direitos da Criança são só para as crianças da cidade; 0.9% só para as crianças do campo; 1.2% só para as crianças pobres; 1.7 só para as crianças ricas; 1.3% só para as crianças com deficiência; 0.4% só para as crianças sem deficiência, com uns encorajadores 93% a afirmarem que os Direitos da Criança são para todas as crianças. **(Gráfico 19.1)**

Gráfico 19.1 – Distribuição Global

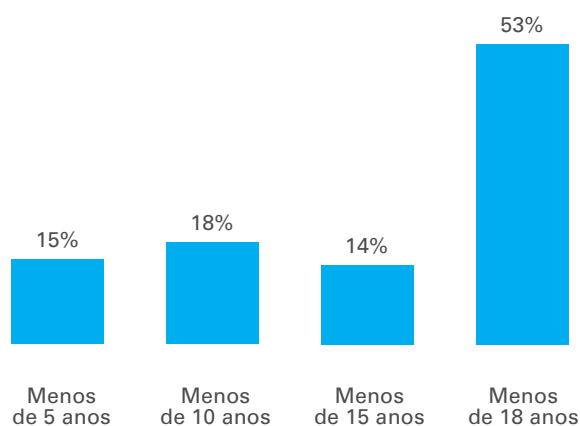


Se compararmos estes resultados com os da pergunta P8. “Uma criança é uma pessoa com” (Pag.16), dos 93% de respondentes que afirmam que os Direitos da Criança são para todas s crianças, somente 53% identificam uma criança como ‘uma pessoa menor de 18 anos’. **(Gráfico 19.2)**

O abuso sexual e a violência perpetrados dentro do seu próprio meio ambiente, no dia-a-dia com a família e na própria escola, são as maiores ameaças.

OPÇÃO G

Gráfico 19.2 – Distribuição Global em relação a P8. “Uma criança é uma pessoa com:”



95% dos participantes responderam à pergunta opcional sobre que mudanças são necessárias para garantir um futuro melhor para as crianças do país

P20. Finalmente, que mudanças gostarias que acontecessem na vida das crianças de Moçambique?

Relativamente às mudanças que os participantes acham necessárias para garantir um futuro melhor para as crianças moçambicanas, 95% dos participantes propôs ideias pessoais sobre quais devem ser estas mudanças, contra apenas 5% que deixaram esta pergunta por responder. Convém salientar que, esta foi a única pergunta do inquérito, com texto livre e, por isso mesmo, sobre um tema à escolha (**Gráfico 20.1**)

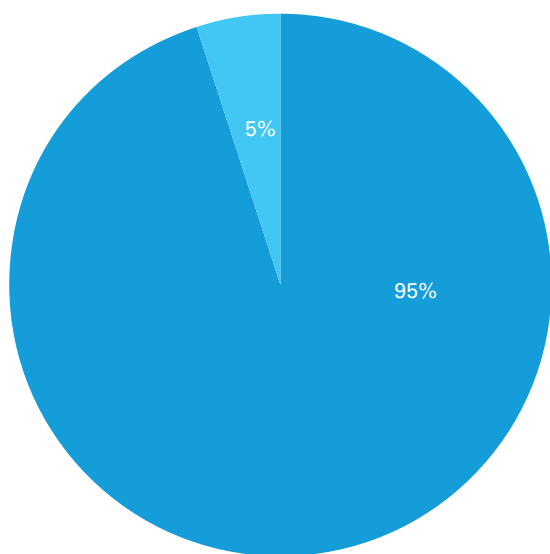
A pesquisa baseou-se nas perspectivas e noções das crianças e jovens em relação ao seu próprio futuro, às vezes partilhada pelos participantes como uma aspiração para si próprios, e, na maioria dos casos, como uma declaração coletiva daquilo que as crianças de Moçambique precisam “para viver bem e crescer bem”.

Olhando para dentro: De acordo com as respostas recebidas das crianças e jovens, o abuso sexual e a violência perpetrados dentro do seu próprio meio ambiente, no dia-a-dia com a família

e na própria escola, são as maiores ameaças. Estes problemas são apontados, em especial, pelas raparigas e são tidos como um cenário que deve ser alterado. A venda e o consumo de bebidas alcoólicas e drogas também são mencionados como constituindo uma preocupação, embora em menor percentagem, do mesmo modo que a falta de respeito pelos Direitos da Criança, seja pelos pais, pela família, pelos professores, ou até pelo próprio governo.

Vários dos participantes mostram-se sensíveis e solidários com algumas diferenças socioeconômicas que tornam as crianças mais vulneráveis, por exemplo, aquelas que não têm uma alimentação garantida, nem uma casa, nem pais ou pessoas que cuidem deles. Referem-se, principalmente, aos órfãos que estão nas ruas e às crianças com capacidades diferentes (deficiências), e só uns poucos identificam as crianças órfãs como filhos de vítimas do HIV-SIDA, uma doença que, em Moçambique, já deixou na orfandade quase 500.000 crianças⁷. Tanto as crianças e jovens do campo, como as das cidades de província e as da capital têm um discurso inclusivo, que aspira à igualdade entre eles e ao respeito pelos seus direitos, resumindo as suas respostas em “todas as crianças...”. A gravidez, ou o casamento prematuro e o tráfico de crianças foram também mencionadas como problemas que as atingem.

Gráfico 20.1 – Distribuição Global



- a) Respostas (701)
- b) Sem resposta (36)

"Eu gostaria que todas as crianças fossem abrangidas pelo direito à educação, pois acredito que só assim podemos mudar para melhor a vida do nosso país" - Rapariga da faixa 16-18 anos

Olhando para fora: A educação e o cumprimento dos Direitos da Criança parecem ser entendidos como as vias primordiais para que se mude o meio envolvente deste segmento populacional. “Eu gostaria que todas fossem abrangidas pelo direito à educação, pois acredito que só assim podemos mudar para melhor a vida do nosso país”, declara uma rapariga de 16-18 anos, da capital.

Pedem também, que a sociedade civil e o Estado olhem com maior seriedade para a situação das crianças, e que os recursos sejam aproveitados da melhor maneira, pensando no bem-estar dos menores. Para tanto, todos os entrevistados referiram o aumento do número de escolas e a melhoria da sua qualidade, como não seu principal desejo. Que as crianças possam exercer os seus direitos, sejam protegidas e tenham saúde, são outros dos assuntos apontados como contribuindo para a melhoria da realidade das crianças.

⁷ www.unicef.org/mz



Um lar para viver e que as crianças tenham o cuidado e o amor dos pais são os requisitos essenciais para o bem-estar das crianças.

Direitos: É preciso “fazer conhecer os direitos e deveres das crianças... porque só assim é que vamos viver num mundo de alegria e paz... para a criança moçambicana”. (Rapariga do Parlamento Infantil, entre os 12 e os 15 anos, oriunda de uma cidade de província). Os direitos são reclamados pela maioria dos participantes no inquérito, dando a entender que, tanto as crianças como os jovens sentem que estes são violados e desrespeitados nos mais diversos âmbitos, e apontam os próprios pais e os professores como sendo os principais infratores, enfatizando, de maneira solidária, que não se podem pôr de lado os direitos das crianças com deficiência, nem os daquelas que estão na rua. Outra das reflexões, que surge entre as suas declarações, é o apelo à paz e não à guerra.

Proteção: Um lar para viver e que as crianças tenham o cuidado e o amor dos pais são os requisitos essenciais para o bem-estar das crianças. O lazer é também importante para vários deles, que consideram que brincar, ter parques infantis e receber carinho são bons para o seu crescimento. Destaque-se que, alguns participantes pedem um castigo rigoroso para os violadores de crianças, exigindo justiça: “na minha perspectiva deve-se tornar mais rigorosa a pena para o perpetrador de violência infantil” (Rapariga entre os 12 e os 15 anos, do Parlamento Infantil, da capital).

Saúde: São poucas as pessoas que incluem a saúde entre as suas expectativas de melhoria de vida das crianças. As que mencionaram a necessidade de melhorias na saúde são do segmento das mulheres do campo e cidades de província. Entre os seus comentários surge com frequência a construção de hospitais, o acesso à saúde e a disponibilidade de medicamentos. Foram poucos os que disseram que gostariam de ter água potável e que houvesse sítios próprios para se deitar o lixo. Ninguém fez referência a doenças, nem mesmo ao HIV-SIDA que vem destruindo as famílias moçambicanas.



3

**Anexo I - Modelo
do inquérito
“Reflectindo as
Vozes das Crianças”**

P1. EU SOU:
(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Uma rapariga
- ☐ Um rapaz

P2. EU TENHO:
(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Menos de 9 anos
- ☐ Entre 9 e 11 anos
- ☐ Entre 12 e 15 anos
- ☐ Entre 16 e 18 anos
- ☐ Entre 18 e 22 anos

P3. VIVO NA PROVÍNCIA DE:
(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Cabo Delgado
- ☐ Gaza
- ☐ Inhambane
- ☐ Manica
- ☐ Maputo Província
- ☐ Maputo Cidade
- ☐ Nampula
- ☐ Niassa
- ☐ Sofala
- ☐ Tete
- ☐ Zambézia

P4. NA MINHA PROVÍNCIA EU VIVO:
(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Na capital da província
- ☐ Numa cidade da província
- ☐ No campo

P5. EU FREQUENTO A:
(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ 1ª Classe
- ☐ 2ª Classe
- ☐ 3ª Classe
- ☐ 4ª Classe
- ☐ 5ª Classe
- ☐ 6ª Classe
- ☐ 7ª Classe
- ☐ 8ª Classe
- ☐ 9ª Classe
- ☐ 10ª Classe
- ☐ 11ª Classe
- ☐ 12ª Classe
- ☐ Estou no ensino superior
- ☐ Não vou à escola

P6. EU VIVO COM:
(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ Minha mãe
- ☐ Meu pai
- ☐ Minha avó
- ☐ Meu avô
- ☐ Meus irmãos/irmãs
- ☐ Filhos/filhas
- ☐ Primas/primos
- ☐ Sobrinhos/sobrinhas
- ☐ Tios/tias
- ☐ Sozinho/sozinha

P7. TENS TELEMÓVEL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

P8. UMA CRIANÇA É UMA PESSOA COM:
(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Menos de 10 anos
- ☐ Menos de 15 anos
- ☐ Menos de 18 anos

P9. NA MINHA CASA:
(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ Temos comida suficiente para todos nós
- ☐ Lavamos sempre as mãos antes de comer e depois de usar a casa de banho, ou latrina
- ☐ As crianças recebem ajuda para fazerem os trabalhos para casa (TPC)
- ☐ As crianças dormem debaixo de rede mosquiteira
- ☐ As crianças têm tempo para brincar

P10. NA MINHA CASA:
(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ Quando uma criança fica doente ninguém a leva ao hospital
- ☐ Ninguém se importa se as crianças vão, ou não, à escola
- ☐ As crianças apanham pancada
- ☐ As crianças não podem dar opinião sobre nada
- ☐ As crianças não têm tempo para estudar, porque estão a trabalhar

P11. NA MINHA ESCOLA:
(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ Existe um 'clube de escola' para os alunos discutirem sobre os assuntos de seu interesse
- ☐ Os professores dão bem as aulas
- ☐ Praticamos educação física
- ☐ Há livros escolares suficientes para todas as crianças
- ☐ Na minha turma todos sabem ler

P12. NA MINHA ESCOLA:

(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ Os professores faltam muito às aulas
- ☐ Há crianças maltratadas pelos professores
- ☐ Há crianças maltratadas pelos colegas
- ☐ Temos casa de banho ou latrina, separada, para rapazes e para raparigas
- ☐ Temos água para usar na casa de banho, ou latrina
- ☐ A opinião dos alunos é importante
- ☐ Há muitas raparigas que não terminam o ano lectivo

P13. NA MINHA COMUNIDADE:

(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ As pessoas tratam bem as crianças
- ☐ As pessoas usam casas de banho, ou latrina, para fazer necessidades
- ☐ As pessoas deitam o lixo para o chão

P14. NA MINHA COMUNIDADE:

(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ É normal as raparigas casarem com menos de 15 anos
- ☐ Muitas crianças chegam atrasadas à escola, porque vão buscar água longe de casa
- ☐ Os hospitais têm sempre os medicamentos que os doentes precisam
- ☐ Existe um Gabinete, ou Posto Policial para atendimento das crianças e mulheres vítimas de violência

**P15. NA MINHA COMUNIDADE OS PROGRAMAS
RADIOFÓNICOS PRODUZIDOS POR CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E JOVENS FALAM SOBRE A
PREVENÇÃO DO HIV.**

(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Sim
- ☐ Não sei
- ☐ Não

**P16. NA MINHA COMUNIDADE AS PESSOAS FALAM
DOS PROGRAMAS RADIOFÓNICOS PRODUZIDOS POR
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.**

(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Sim
- ☐ Não sei
- ☐ Não

**P17. QUANDO EU FOR GRANDE, A VIDA DAS CRIANÇAS
DE MOÇAMBIQUE:**

(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Vai estar melhor que agora
- ☐ Vai estar na mesma
- ☐ Vai estar pior que agora

P18. JÁ OUVISTE FALAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA?

(ESCOLHE SÓ 1 OPÇÃO)

- ☐ Sim, mas não sei quais são os direitos da criança
- ☐ Sim, conheço pelo menos 5 direitos da criança
- ☐ Nunca ouvi falar dos direitos da criança

**P19. AS CRIANÇAS TÊM DIREITOS. PENSAS QUE ESSES
DIREITOS SÃO PARA:**

(ESCOLHE SÓ AS OPÇÕES QUE ACHARES CORRECTAS.
PODE SER MAIS DE 1)

- ☐ As crianças da cidade
- ☐ As crianças do campo
- ☐ As crianças pobres
- ☐ As crianças ricas
- ☐ As crianças com deficiência
- ☐ As crianças sem deficiência
- ☐ Para todas as crianças

**P20. FINALMENTE, QUE MUDANÇAS GOSTARIAS
QUE ACONTECESSEM NA VIDA DAS CRIANÇAS DE
MOÇAMBIQUE?**

(RESPONDES SE QUISESSES)
